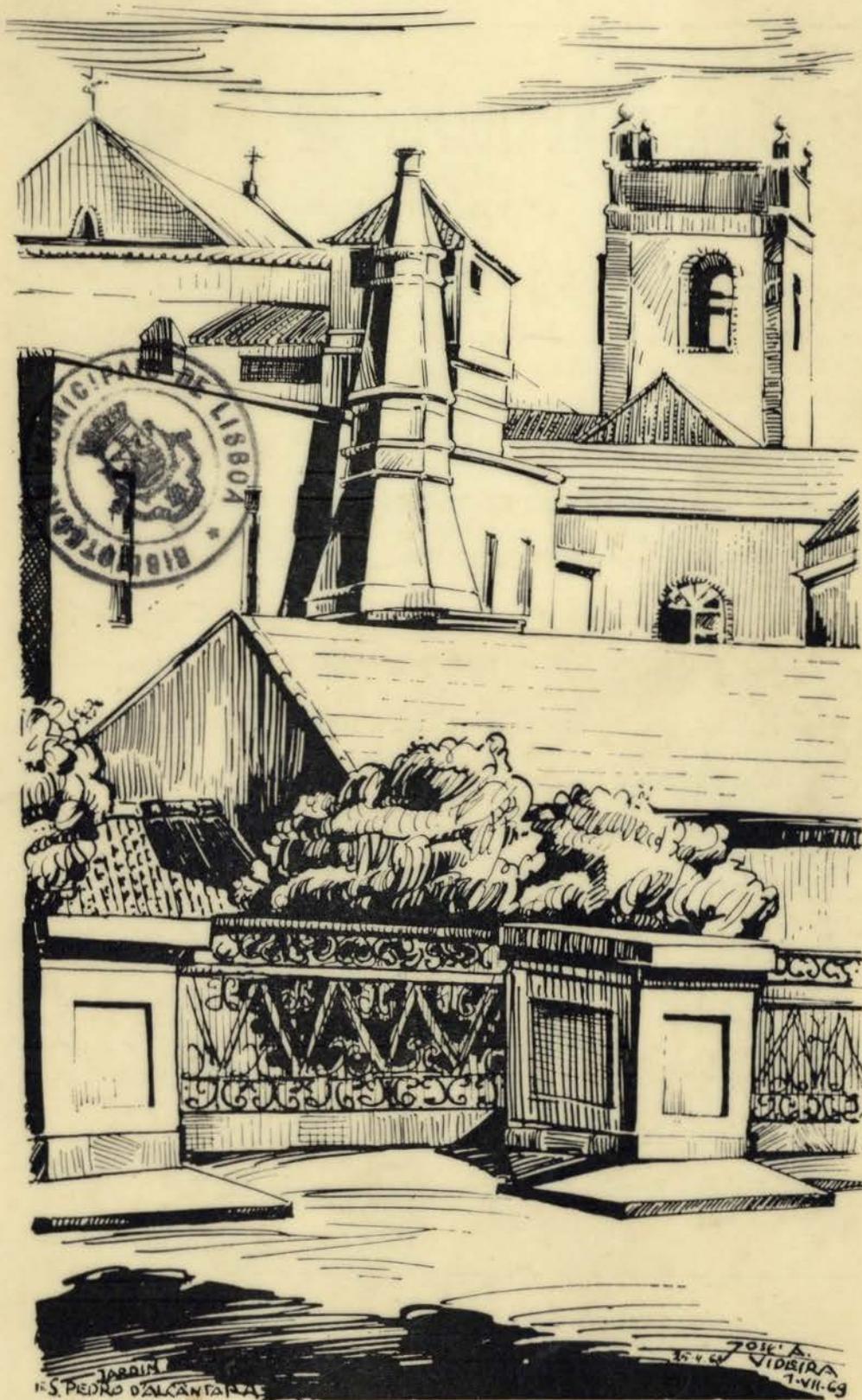


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

6.^a REPARTIÇÃO

INFORMAÇÃO, ESPECTÁCULOS E TURISMO

PUBLICAÇÕES TURÍSTICAS

MONOGRAFIAS DE ARTE E TURISMO: «Portas e Brasões de Lisboa», por Luís Ferros Ponce de Leão; «O Tejo», por Mário Pires; «Parque Municipal de Turismo e Campismo», por Janine Quintin e João Pina Vidal; «Monumentos de Lisboa», por Maia Atayde; «Estufa Fria», por Jean Chabloz; «Arredores de Lisboa», por Ester de Lemos e Maia Atayde; «Miradouros de Lisboa», por João Pina Vidal; «Jardins de Lisboa», por Natércia Freire, e «Alfama», por João Pina Vidal.

Ao preço de 7\$50 cada.

Outras publicações:

«Lisboa» de Luís Teixeira — ao preço de 15\$00

«Lisboa - Roteiro Turístico» — ao preço de 12\$50.



VISTA ALEGRE

Porcelanas

●
LOJAS:

Largo do Chiado, 18 — LISBOA
Av. Navarro, 42 — COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 — PORTO
R. St.ª Isabel, 21 — PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.º
LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
**Rua Augusta, 161 — Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 — Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL



TRANQUILIDADE
SEGUROS

Fundada em 1871

Capital e Reservas em 1968
MAIS DE UM MILHÃO DE CONTOS

LISBOA—Av. da Liberdade, 242
PORTO—R. Cândido dos Reis, 105

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

800 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º—LISBOA

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Oferta

27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXXII

JANEIRO/JUNHO DE 1969

N.ºs 125/126

Direcção, Edição e Propriedade
do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. – S. Vicente de Fora – R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

LISBOETA GAGO COUTINHO, Marinheiro, Aviador e Geógrafo pelo <i>Capitão-de-Fragata Silva Horta</i>	3
PALÁCIOS DOS MARQUESSES DE GOUVEIA por <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	16
OS «DIÁLOGOS DO SÍTIO DE LISBOA», DE LUÍS MENDES DE VASCONCELLOS por <i>José d'Encarnação</i>	37
MANUEL DA MAIA, MARECHAL DE CAMPO pelo <i>Major Correia de Matos</i>	52
EVOCACÃO DA OBRA DE D. EMA ROMERO SANTOS FONSECA DA CÂMARA REYS pelo <i>Eng. Júlio Eduardo dos Santos</i>	56
BREVE PASSEIO POR LISBOA por <i>Nariade Galvão</i>	57
POESIA OLISIPONENSE: UM AMIGO DE LISBOA por <i>Alberto Carlos Portela</i>	61
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1968	62
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS RELATIVO AO MESMO EXERCÍCIO	68
ACTIVIDADE CULTURAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1969 ...	69
FEIRA DA LADRA	81
CAPA: Jardim de S. Pedro de Alcântara, vendo-se ao fundo algumas dependências da Misericórdia — Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS DE <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

JUNTA DIRECTIVA

Presidente — Prof. Doutor Fernando Freitas Simões

Vice-Presidente em exercício — Eng. Júlio Eduardo dos Santos

Secretário-Geral — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

Secretário-Geral Adjunto — Fernando Dias Pereira

Tesoureiro — Hugo Raposo

Vogais — Dr. Alberto Gomes

Dr. Paulo Caratão Soromenho

Dr. José Pedro Machado

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata

Vice-Presidente — Prof. Armando de Lucena

1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues

2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente — Coronel Aníbal Afra Nozes

Secretário — Hygino Nunes da Silva

Relator — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O LISBOETA
GAGO COUTINHO
marinheiro, aviador e geógrafo

*Conferência proferida em 20 de Março de 1969
pelo Capitão-de-Fragata Silva Horta, na sede do Grupo
«Amigos de Lisboa».*

DUAS faltas peço que me relevem, desde já: a falta de brilho literário e a falta de qualificações para analisar como ela merecia a grande figura do Almirante Gago Coutinho. Na verdade só uma tenho — uma profunda, uma enorme admiração, cimentada no facto de, porque ele fora camarada de curso do meu avô paterno, ter ouvido desde sempre referências elogiosas ao grande Almirante.

Aponto ainda em minha defesa a dificuldade de tratar hoje com alguma originalidade a personalidade de Gago Coutinho, objecto de estudos cuidadosos e exaustivos, em que se destacam a biografia pelo coronel piloto-aviador Pinheiro Correia e as inspiradas comunicações do Comandante Teixeira da Mota na Academia das Ciências e na Sociedade de Geografia e do Almirante Sarmiento Rodrigues na Assembleia Nacional.

Mas ao centenário do nascimento de Gago Coutinho, que por feliz decisão se comemora este ano simultâneamente com o quinto centenário de Vasco da Gama a que tantos estudos o ligavam, é absolutamente justificado que se associem os seus conterrâneos, os lisboetas, da mesma velha Lisboa onde nasceu, onde viveu grande parte da sua vida e que tanto o estimava. E é com essa consciência que, lisboeta também, venho juntar a minha modesta voz aos louvores que nesta altura merecidamente lhe são dirigidos, e que aqui nesta casa não podiam deixar de encontrar eco.

Proponho-me focar alguns aspectos da vida do lisboeta Gago Coutinho, marinheiro, aviador e geógrafo.

Porque não tenho a pretensão de fazer uma biografia de estudioso, mas não posso deixar de referir alguns traços do carácter e das parti-

cularidades do homem, para melhor o compreender naquelas suas manifestações que mais interessam, por essa razão, não seguirei a ordem cronológica.

A última vez que vi Gago Coutinho foi em 1958. Promovido a almirante, no seguimento da moção aprovada por aclamação na Assembleia Nacional em 13 de Fevereiro desse ano, regressa a Lisboa, vindo do Brasil, e é recebido com as honras militares devidas à sua alta dignidade.

E, no velhinho curvado que passava, quem eu via era o «almirante das estrelas do Sul» cujos feitos aprendera a admirar quando ainda na escola primária lera o livro de Simões Muller que contava para os rapazitos da minha idade a viagem maravilhosa a terras de Santa Cruz.

Em 18 de Fevereiro de 1959, no Hospital da Marinha faleceu, com noventa anos e um dia, o almirante Gago Coutinho, que por sua expressa determinação foi sepultado em campa rasa, vestido com o seu fato de trabalho de geógrafo, que eram as funções em que sentia ter prestado maiores e mais valiosos serviços ao País. Acabava assim modestamente, como modestamente se iniciara, uma vida plena de actividade e de variedade e da qual se podia dizer com verdade que fora bem vivida. Em Lisboa, calçada da Ajuda, nascera em 1869, e em Lisboa, Campo de Santa Clara, vinha a morrer depois de, na cidade, na mesma casa da Rua da Esperança, na Madragoa, ter morado por mais de setenta anos.

Disse que era de origens modestas. Tal nunca escondeu, muito pelo contrário, antes os alardeava, aos seus ascendentes plebeus e humildes. Filho de marítimo e sobrinho de marítimo, por ambos os ramos lhe corria nas veias sangue algarvio e com dobrada razão se sentiria puxado para o mar. De resto, do pai teria herdado a curiosidade pelo Ultramar e o amor pelo Brasil, pois aquele viveu muitos anos em Luanda e no Amazonas.

Modesto foi toda a sua vida, não procurando louros, nem quando com justiça lhe pertenciam. Era sempre «o avião do Sacadura» que ele dizia, e nunca o «meu», nem sequer o «nosso» avião. E quando compra aos herdeiros de Sacadura Cabral, a Torre de Espada de ouro e brilhantes para a doar ao Museu da Marinha, fá-lo em segredo. Quando tenente, requereu que não lhe fosse concedida a ordem de Aviz. — O meu filho nunca quis comendas — diria, mais tarde o pai.

Independência de carácter, que chegava à intransigência, era outra das suas características. Em questões de princípio não poupava os amigos — que aliás o sabiam e lho aceitavam. Reconhecia-se polemista. — Gosto

da controvérsia; gosto da discussão que faz a luz — atestava ele. Melhor do que qualquer outra forma, esta faceta do seu espírito fica bem exemplificada pelo facto de ter mantido acesa polémica nos periódicos da época, quando jovem tenente, sobre as vantagens dos torpedeiros em relação aos cruzadores. O seu adversário assinava C. V. — e era ele próprio, como mais tarde veio a revelar, com grande gáudio, aos amigos. À independência aliava uma integral isenção. O seu sextante nunca foi patenteado, e à casa Plath, que o construía, afirmou repetidas vezes que era livre de o modificar e vender à vontade, porquanto o que procurara não fora explorar comercialmente uma ideia mas tão-sòmente obter um instrumento prático para uso na navegação aérea. Em nada o incomodava que a casa Hughes fabricasse e vendesse o «bubble sextant», que vim a encontrar muito mais tarde nalguns navios e nos aviões da R. A. F.



A Mesa da conferência sobre «O Lisboaeta Gago Coutinho»

Quem é assim isento não pode ser político. E a política nunca o tentou. Nas suas próprias palavras «nunca fora governador do ultramar ou deputado da Nação», e quando certa vez o sondaram quanto à possibilidade de vir a ser ministro, recusou, por não se julgar com preparação

nem com disposição. Nacionalista e liberal, mais democrático do que autoritário, nunca se quis filiar em partidos, para ser mais livre de pensar a favor ou contra, como sempre fez. Estas atitudes ocasionaram-lhe alguns dissabores — mas eles não o fizeram mudar.

Espírito vivo e curioso, interessava-se com entusiasmo pelas coisas novas. Foi dos primeiros oficiais a vislumbrar a importância que o invento de Marconi viria a ter nas comunicações entre os navios. Como antes fora um dos primeiros especialistas da electricidade a bordo. Como parêntese curioso, aponto que conheci na América um antigo oficial da Armada que se orgulhava de ter sido aluno de electricidade de Gago Coutinho e, mais tarde, instrutor de Sacadura Cabral. Apaixonado do cinema e do teatro, a sua figura era conhecidíssima nas salas de espectáculo de Lisboa, como são conhecidas as suas amizades com artistas dos nossos palcos, das mais populares.

Mas o traço mais marcante da personalidade de Gago Coutinho pode dizer-se que era o seu patriotismo, a sua dedicação à pátria lusa que se manifestava de todas as maneiras e sempre. A quando do ultimatum, escrevia ele «Dê-mos navios de guerra em que possamos mostrar ao país que a corporação da Armada serve para alguma coisa mais do que para receber as soldadas e esperar a promoção... E quando for necessário lavar da cara o escarro lançado cobardemente por alguma nação, mesmo a mais poderosa, ao velho e cansado Portugal, nós embarcaremos sem hesitar para lhes mostrar a qualidade de sangue que corre nas veias dos portugueses e que ainda prezamos a honra da velha bandeira das quinas e o respeito devido à história e aos antepassados». Quanto ao espírito de auto-crítica, que, antes de o termo ter sido inventado, sempre praticámos com quase masoquista dedicação, dizia ele «Através da História — desde as grandes navegações até aos modernos «raids» aéreos — temos vindo a ser prejudicados, deixando cair no esquecimento aquilo que realmente temos feito e que a outros povos serviria de justo motivo de exaltação e de glória... Receando que nos chamem vaidosos, deixamos na sombra o que fizemos e que mais tarde vem a ser atribuído a outros. Tratemos de nos conhecer melhor do que nos conhecem os outros. Não! Apesar da nossa pele queimada pelo Sol, somos capazes de fazer tudo o que fazem os povos de pele cor de leite, e que não depende do número ou da riqueza especial do solo ou do grau fotogénico da pele». Esse patriotismo intransigente sobrepunha-se à sua natural modéstia, não admitindo para o seu país, quando o representava, qualquer desconsideração. Fosse a quem fosse. E quando em 1927 tomou

parte no IV Congresso Internacional de Navegação Aérea, em Roma, e entendeu que o Papa não usara, não para com ele, mas para com a delegação portuguesa, que chefiava, da consideração devida a uma nação que levava nas velas dos seus navios e nas asas dos seus aviões, a toda a parte, a Cruz de Cristo, símbolo piedoso e missionário — não hesitou. E os seus protestos, no relatório oficial, nos jornais e em notas dirigidas ao ministro em Roma e ao MNE, foram imediatos e insistentes, com o calor e a sinceridade de quem era incapaz de se calar, segundo dizia. E foram eficazes, note-se; como ele entendia que era justo, «SS veio a conceder mais tarde a sua bênção apostólica especial à Aviação Portuguesa em cujas asas gloriosas tremula a Cruz de Cristo...»

Esse mesmo patriotismo o levou a desenvolver os seus numerosos trabalhos sobre a Náutica dos Descobrimentos, em que defende sempre o valor dos nossos navegadores e os direitos históricos do nosso País. A sua tese era que «os mares e as terras que descobrimos e ocupámos, não os achámos por acaso ou sorte: buscámo-los metódicamente». E a sua pena nunca vacilou em saltar à estacada para se opôr àqueles que do estrangeiro, por ignorância ou má fé, atacavam a primazia das nossas descobertas, ou as bases em que elas se apoiaram. Pode dizer-se que não há pontos importantes dos nossos descobrimentos que não tenha estudado e a que não tenha dado interpretação válida. Muitas das soluções que architectou, em especial no que respeita às rotas dos navegadores, ficaram como definitivas no consenso geral dos estudiosos. Tinha ele a opinião de que a história tinha sido escrita por quem nada sabia de navegação, e daí advinha a necessidade de, pelos netos dos invasores dos mares que nós somos, se procurar uma reconstituição da história dos Descobrimentos, pondo de lado as fantasias dos cronistas, em que se ouvissem os homens conhecedores da arte de navegar à vela — porque as realidades desta eram imutáveis e permitiam lançar logicamente luz em partes que, escritas por leigos, doutro modo permaneceriam obscuras.

E foi ainda o patriotismo que sempre o guiou, ao longo dos seus quase quarenta anos de geógrafo, em cinco das nossas oito províncias ultramarinas, delimitando fronteiras em competência com estrangeiros, que aliás reconheciam o seu valor e o valor do seu trabalho. Sempre com um propósito: defender o que era nosso, defender os nossos interesses, como quando apoiou, na sua qualidade de presidente da Comissão de Cartografia, a troca duma nesga de território a NE de Noqui por uma área mil vezes maior na região de Dilolo, no Este de Angola onde já flutuara a bandeira nacional e onde havia população europeia.

E não o assustaram os comentários agressivos por parte da oposição do governo de então, certo e com razão de ter prestado um patriótico serviço.

Ao falar em Gago Coutinho em primeiro lugar como marinheiro faço-o propositadamente, pois foi a sua condição de oficial de marinha que em meu entender possibilitou tudo o que veio a ser e a fazer ao longo da sua carreira tão extensa e tão plena.

Marinheiro por acidente, aconteceu com Gago Coutinho o mesmo que se verificou com outros camaradas, que como ele descobriram, depois de a começarem a viver, que a vida do mar era realmente a sua verdadeira vocação. Inicialmente destinado a engenharia, Gago Coutinho por dificuldades financeiras e para acompanhar um amigo resolve concorrer à Escola Naval. Na Escola Naval ministrava-se na altura, além duma sólida instrução profissional — para usar as palavras do coronel Filipe Folque — uma instrução liberal, mais ampla, e que habilitava os alunos a apresentar-se convenientemente ao exercício de outros cargos. Nela leccionavam professores de elevado nível, como Almeida d'Eça, Fonseca Benevides e Braz de Oliveira, além de outros cujos nomes ficaram ligados à Academia das Ciências, à Sociedade de Geografia ou adquiriram notabilidade em vários ramos do saber. E no espírito ávido de saber de Gago Coutinho a passagem pela Escola Naval produziu frutos, frutos para uma vida inteira.

Durante esse período continuou a praticar a ginástica como então se dizia, no Clube Ginástico, vulgarmente conhecido pelo Club de São Paulo. Aí se encontravam os melhores atletas da época, Filipe Taylor, os irmãos Xafredos, e outros que o tempo foi fazendo esquecer.

Aí teve muitos companheiros de Marinha, principalmente aspirantes engenheiros-maquinistas. A um deles, que era o meu avô, Aniceto Horta, chamava Gago Coutinho o rei do trapézio «porque ele se exercitava muito em voos». Gago Coutinho era argolista, ginasta moderado, como ele próprio dizia, mas reconheceu sempre a utilidade da cultura física, quer a bordo quer quando passou a dedicar-se a outro serviço, esse bem desportivo, o de geógrafo ultramarino, em que os esforços físicos exigidos impunham uma preparação e uma resistência muito acima do comum.

Saído da Escola Naval com 19 anos, em 1888, Gago Coutinho seguiu logo para comissão em Moçambique, e por lá esteve embarcado por mais de dois anos, tendo sido promovido a 2.º tenente quando

regressou a Lisboa em 1891. Foi esta comissão que permitiu desempenhar as pratas da madrinha — empenhadas para pagar os uniformes.



*O Sr. Capitão-de-Fragata Silva Horta
proferindo a sua conferência*

No mesmo ano embarcou para Angola e lá se conservou até meados de 1893, servindo em vários navios, incluindo a lancha-canhoneira «Loge», que comandou durante seis meses. A bordo da corveta «Mindelo», sob o comando de Augusto de Castilho, seguiu para o Rio de Janeiro, onde veio a ser desembarcado com febre amarela. Regressado a Lisboa, embarcou como instrutor na «Duque da Terceira». Em 1897 foi promovido a 1.º tenente, já a bordo da «Pero de Alenquer», na qual como encarregado de pilotagem, viajou à vela até Lourenço Marques, fazendo escala pela Baía. Embarcou ainda na corveta «Rainha de Portugal» e na canhoneira «Douro». Acabou aqui o período fundamentalmente marítimo da vida de Gago Coutinho, aquele que caracterizava a designação que por vezes adoptaria de «antigo tenente de veleiros». Nele navegou, só à vela, mais de 22 mil milhas, em 314 dias de mar, pelos oceanos Atlântico e Índico. Nele começou a conhecer as nossas províncias afri-

canas, a observar o regime de ventos, a tornar-se prático no entendimento dos céus do Atlântico Sul — conhecimentos básicos que viriam a revelar-se de inestimável valor nos períodos subsequentes da sua vida, e nos seus trabalhos de historiografia náutica.

Nesse período se inicia a sua actividade de publicista, actividade vasta e profícua e que nunca viria a abandonar. Ao «tenente de veleiros» interessava uma correcta utilização da agulha magnética — a única, lembremo-nos, que por largos anos se utilizaria a bordo. E sobre ela escreveu sete artigos relativos a desvios e compensação, atracção local, influência das trovoadas, desempenhando neste assunto, como noutros aconteceria, papel de pioneiro. Interessava também o conhecimento correcto do navio de vela e da sua utilização; da artilharia naval e dos tipos de navios de guerra cuja construção mais convinha ao nosso País. De todos estes assuntos se ocupou, numa dúzia ou mais de artigos, escritos com um espírito crítico e um desassombro, que não sei se nos fazem admirar mais a coragem moral de quem — jovem tenente — os escrevia, se a isenção das autoridades do tempo que os aceitavam. Um jovem tenente a quem, é certo, dez anos de vida intensa do mar haviam amadurecido e dado experiência e conhecimentos dos homens e dos elementos. Essas experiências, e os hábitos e a organização de bordo, que consigo levava para onde quer que fosse, ser-lhe-iam de preciosa utilidade nos trabalhos de geodesia em que seguidamente se iria empenhar. Como diz o comandante Teixeira Marinho, copiaria para as suas missões a organização dum navio, com atribuição de funções detalhadas, conselho administrativo, encarregados de material e cuidadosa escrituração. Ele próprio o reconhecia: mais tarde, ao enunciar as exigências a que devia satisfazer o pessoal técnico em serviço geodésico no ultramar, concluía dizendo. — Enfim, precisa ter uma educação parecida com a de bordo, e até de navios de vela, se for possível.

Daí a minha afirmação de que o período marítimo da vida de Gago Coutinho foi fundamental, pois formou e informou a sua variada e complexa personalidade em que o traço dominante se manteve sempre o do marinheiro e navegador, do qual derivou tudo o mais que veio a ser.

As viagens pela selva atraíram-no e apaixonaram-no, como o tinham apaixonado as viagens à vela. O rigor que iria pôr na resolução dos problemas geodésicos vinha-lhe da experiência de navegador e da consciência que ela lhe dera das exigências de rigor dos cálculos e das observações para levar um navio ao ponto de chegada. E essa mesma expe-

riência lhe serviria mais tarde para resolver os problemas práticos de navegar pelo ar com precisão idêntica à que a navegação astronómica marítima já alcançara.

Como dizia o «antigo tenente de veleiros» — A escola do navio de vela foi para mim um desporto que me desembaraçou na vida, permitindo-me que mais tarde, no centro de África e sem outros recursos, percorresse o sertão sem me preocuparem os riscos e as provações. Foi da experiência dos navios de vela que tirei a facilidade de estudar as antigas viagens de descobrimentos feitos em navios de vela.

E só quem tivesse como ele tinha a água salgada entranhada nos ossos se metia a atravessar o Atlântico à vela, durante 105 dias de Santos ao Porto, a bordo da barca «Foz do Douro» — com 75 anos de idade. Marinheiro dos autênticos.

Antigo companheiro de Gago Coutinho nas lides da geodesia em África, Sacadura Cabral tornara-se aviador e fundaria mais tarde a Aviação Naval. Com ele fazia Gago Coutinho o seu primeiro voo em 1917, começando como ele dizia, as suas primeiras experiências em Aviação, em cujo futuro acreditou inteiramente desde esses tempos. Desde logo o interessou a solução dos problemas de navegação aérea, que eram de duas ordens: determinar com precisão o vento real, e portanto o abatimento do avião, e observar, sem recurso ao horizonte do mar, a altura dos astros. O primeiro problema, essencial para uma estima correcta, foi resolvido com o corrector de rumos e a observação de bóias de fumo. O segundo foi-o, em 1919, com a adaptação do nível de bolha ao sextante náutico usual, nascendo assim o sextante de horizonte artificial, que não mais deixaria de ser usado nos aviões.

Feitas algumas experiências de observação do sol, voando com Sacadura Cabral — o que lhe fez tomar o gosto por este género de locomoção — o seu «astrolábio de precisão» afirmava-se em condições de garantir à navegação aérea a precisão necessária. Assim se provou com o «raid» aéreo Lisboa-Madeira, em Março de 1921, em que ao fim de sete horas e meia de voo ficava demonstrado que, combinando a estima com a navegação astronómica, era possível demandar uma ilha pequena e longe de terra com o rigor suficiente para lá chegar na hora prevista, sem necessidade de perguntar nem de balizar o caminho.

Estavam assim lançadas as bases científicas em que assentaria a grande aventura que foi a viagem aérea Portugal-Brasil em 1922. Grande aventura, como o foram as viagens das Descobertas, não porque tivesse sido efectuada ao acaso, mas sim porque aquilo que exigia aos seus prota-

gonistas, em serena coragem, em risco calculado e consciente, em tenacidade, em espírito de sacrifício, ia bem para além do simples cumprimento do dever.

Descolando do Tejo, frente aos Jerónimos, o «Lusitania», frágil avião monomotor de há 47 anos inicia a travessia que de Lisboa a Las Palmas, a Cabo Verde, aos penedos de São Paulo, ao Recife, Baía, P. Seguro, Vitória, iria terminar 2 meses e meio depois, triunfalmente no Rio de Janeiro.

Inicialmente previra-se a escala em F. Noronha, mas como o consumo de combustível excedia o calculado devido às temperaturas tropicais, houve que tomar a resolução audaciosa de demandar os Penedos, resolução que só era possível com base numa confiança segura nos métodos de navegação adoptados — confiança que os factos justificaram plenamente.

A viagem foi um êxito clamoroso. O entusiasmo que desde o início despertara em Portugal e no Brasil espalhou-se por todo o mundo. E os dois pioneiros da navegação aérea ficaram consagrados para a História, envolvidos por uma onda de fervor patriótico que fazia esquecer dissensões e divisões do nosso povo ao sentir reviver tradições de desbravador de novos caminhos — que alguns julgariam esquecidas. Afirmavam-se, como diria mais tarde o almirante Sarmiento Rodrigues, os mais altos expoentes da ciência geográfica, em que os Portugueses foram mestres.

Se a viagem teve muito de heróica, não unicamente pelo facto de ser feita pelo ar mas pelo risco decorrente de se ter que pousar em pleno oceano, junto aos Penedos, o que a marcava sobretudo e a distinguia de outras, anteriores e posteriores, era a sua precisão científica que até então era desconhecida em viagens aéreas. Concorrendo de forma bem evidente para um maior estreitamento dos laços de fraterna amizade entre os dois países, ramos do mesmo tronco — Brasil e Portugal — a viagem ficaria como pedra angular do grande edifício da comunidade luso-brasileira.

Embora menosprezando, com a sua sincera modéstia, o papel que desempenhara e dizendo-se apenas «passageiro e companheiro de viagem do aviador ilustre que foi Sacadura Cabral», Gago Coutinho continuou ligado para sempre à aviação, acompanhando com interesse e entusiasmo os seus vertiginosos progressos. Foi relator do parecer sobre a aviação no Ultramar, no II Congresso Colonial Nacional de 1924, apreciando com justeza e lucidez o papel que estava reservado àquela nos transportes em territórios de vasta extensão e ainda pouco cortados de estradas, e ainda nos respectivos levantamentos fotográficos. Em 1927 tomava parte no IV Congresso Internacional de Navegação Aérea, em Roma, chefiando

a delegação portuguesa de que fazia parte outro grande navegador aéreo — Jorge de Castilho; teve oportunidade de defender com sabedoria e argumentos de autoridade os direitos prioritários que cabiam ao nosso País no campo da navegação aérea. Em 1930, no III Congresso Colonial Nacional aconselhava o levantamento aéreo como meio de resolver o complexo problema da cartografia ultramarina. Em 1932, de novo em Roma, participava no I Congresso Internacional dos Aviadores Transoceânicos e tinha oportunidade de relatar as suas novas experiências como co-navegador do avião gigante alemão DO.X no ano anterior. Em 1946, a bordo dum Constellation, repetia a sua experiência aérea atlântica, fazendo a viagem inaugural das carreiras Lisboa-Rio, da Panair do Brasil — sem peripécias. E em 1955, um avião de carreira da TAP levava-o de novo ao Brasil; julgava já ter passado por todas as grandes emoções, mas quando do quadrimotor português, evolucionando em voo baixo sobre os Rochedos, foi lançada uma coroa de flores — são dele as palavras — sentiu lágrimas nos olhos.

Das facetas da personalidade de Gago Coutinho que me propus tratar, falta aquela que reputo mais importante, pelas consequências práticas, materiais e duradouras que dela decorreram. Refiro-me à sua actividade como geógrafo ultramarino que o ocupou quase permanentemente durante duas décadas, e que continuaria depois a desenvolver, como presidente da Comissão de Cartografia, até abandonar o serviço activo atingido pelo limite de idade.

Mais uma vez o acaso: um encontro em S. Carlos, conversa de amigos e surge o convite. O 1.º tenente Gago Coutinho segue para Timor como adjunto à Comissão de Limites, onde presta serviço, em permanente trabalho de campo, durante um ano, medindo 300 km de fronteira, à bússola e a pedómetro, fazendo o reconhecimento de grande parte da costa de Timor e colhendo elementos que permitiram cartografar uma área de mais de 3000 km², com apoio na triangulação da fronteira. Quando regressou a Lisboa — completando incidentalmente a volta ao mundo — era um geógrafo experiente. Assim se explica que no ano seguinte tenha sido escolhido para ir chefiar a demarcação da fronteira de Moçambique com o Niassaland; ficaram implantados no terreno 300 km de fronteira assentes numa triangulação ligada à da B. C. A. De volta a Lisboa em 1901, não chega a permanecer seis meses e desta vez é Angola que o chama, para delimitar a fronteira, de Noqui ao Cuango, numa região extremamente dura, a que nos nossos dias o terrorismo viria a dar triste celebridade.

Em 1904-05 volta a Moçambique para fazer a demarcação do distrito de Tete. Pela primeira vez leva o material que reputa necessário. Trabalhando em colaboração com uma missão inglesa são levantados e definidos 663 km de fronteira, que obrigaram a fazer mais de 3 mil observações de estrelas e 2500 km pelo mato, quase sempre a pé. É nesta altura, enquanto espera por carregadores, que Gago Coutinho acompanhado pelo seu adjunto Vieira da Rocha, explora pela primeira vez as gargantas de Cabora Bassa. A sua exploração do local onde «apodreceu o trabalho», como dizem os nativos, é motivo dum interessante e saboroso artigo de Gago Coutinho, recentemente desencantado e reproduzido pelo Comandante Teixeira da Mota na sua última conferência na Sociedade de Geografia. Que o não tinha esquecido atesta-o a citação expressa na sua mensagem de despedida ao Ultramar, mais de 30 anos depois, quando diz referindo-se ao Zambeze ... «deste rio lhe percorri as misteriosas gargantas de Kahoura-Bassa e até, na sua nascente, de um passo o emboquei...»

Quando a ocupação agrícola do Sul de Moçambique exigia uma carta geográfica rigorosa que permitisse estudar e decidir concessões e empreendimentos, Aires de Ornelas, então governador, chama Gago Coutinho para chefe da Missão Geodésica da África Oriental. De 1907 a 1911 executa 700 km de triangulação em terreno que a falta de alturas naturais e as condições atmosféricas tornavam difícil, e conclui com a medição de duas bases em que se utiliza pela primeira vez um aparelho de fios de invar. Desta missão fazia parte Sacadura Cabral, iniciando-se assim uma amizade que viria a dar valiosos frutos. No intervalo dos trabalhos de campo, Gago Coutinho vinha alojar-se por vezes em casa do meu avô, ao tempo director das Oficinas Navais da Catembe. Chegava, tomava o seu banho, e para descansar passeava durante horas na varanda. Era assim a sua energia.

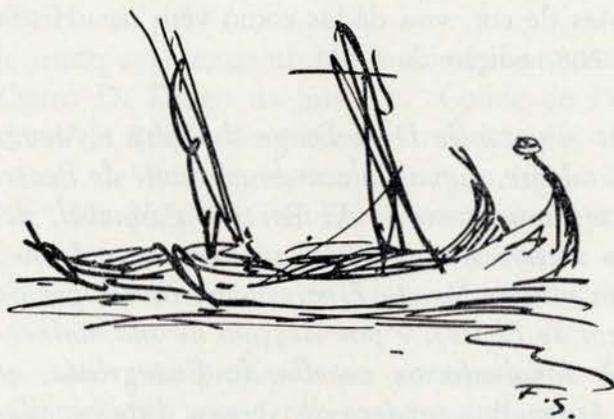
A seguir, de 1913 a 1915, chefia a missão de delimitação de fronteira de Angola com o Barotze, que hoje é Zambia. Este foi o mais importante dos seus trabalhos de geodesia, e o mais difícil. Desenvolveu-se a 1700 km da costa e a 1200 km da testa do CFB, que então se ficava no Huambo. Só para atingir o ponto de partida do levantamento foram precisos 3 meses e meio de viagem em carro de bois e a pé. É durante esta missão que Gago Coutinho atravessa duas vezes a África, entre Angola e Moçambique, a maior parte do trajecto a pé. Mais uma vez o rigor do seu trabalho é reconhecido — rigor conseguido com método, pertinácia e muitas observações: mais de 5 mil pares de estrelas.

A carreira de geógrafo de campo de Gago Coutinho vai concluir, já capitão-de-fragata, em S. Tomé. Percorre em reconhecimento toda a ilha, utilizando todos os meios de transporte, das embarcações ao cavalo — de resto, na fronteira do Barotze cavalgara bois. Escala picos, implanta marcos, mede bases, efectua a triangulação com rigor extremo e, com excepção da carta topográfica que se encontrava atrasada, completa os trabalhos que lhe tinham sido cometidos. É nessa altura em que, corrigindo erros antigos, fixa a posição do Equador no I. Rolas, depois justamente crismado I. Gago Coutinho. Aí, como diria mais tarde com a sua irreverência de alfacinha, costumava dormir com a cabeça no hemisfério Norte e os pés no hemisfério Sul — atravessado sobre o Equador.

Estou a chegar ao fim desta minha evocação da figura gloriosa do almirante Gago Coutinho e só lamento que ao jogral tenha faltado em arte o que em valor sobrava ao herói que quis cantar.

Herói popular, humanista autêntico que nunca albergou preconceitos sobre a superioridade da cor da pele, patriota apaixonado, sábio navegador e geógrafo, historiador inspirado, caminheiro incansável das terras e dos ares, primeiro cidadão luso-brasileiro, Gago Coutinho enfileira de direito na galeria dos grandes da nossa História, ao lado daqueles primeiros e valorosos nautas de quem foi lídimo descendente.

Consagrado embora na Metrópole e no Ultramar, atrevemo-nos a pensar que a sua terra natal, esta nossa Lisboa que ele amava, saberá honrar Gago Coutinho, para além da toponímia local, como ele, um dos melhores portugueses deste nosso século, justamente merece.



TEMA OLISIPONENSE

PALÁCIOS DOS MARQUESES DE GOUVEIA

Por ABÍLIO MENDES DO AMARAL

I

DO CONVENTO DE SANTO ELOY
ÀS PORTAS DO MAR A S. JOÃO

NA Corte, durante a sua vida, D. Diogo da Silva — mandado à Canária a ocupar as ilhas não povoadas — teve diversos ofícios à medida da sua alta qualidade. E se assim não fosse, não appareceria como seu testamenteiro o próprio rei D. Manuel.

Pelo muito que lhe devia e como prova de quanto estimava o seu antigo Mestre, determinou que o cadáver fosse para o melhor lugar da igreja do famoso Convento de Sancto Eloy. A viúva, D. Maria de Ayala (a da Canária), escolheu a capela-mor, a que fez doações e onde também foi sepultada.

Mais tarde outra condessa, viúva de D. Álvaro da Silva, a D. Maria da Cunha, filha do Governador da Índia D. Nuno da Cunha, no mesmo convento mandou edificar a capela do Spirito Sancto, não só para seu marido mas para todos os da Casa de Portalegre.

Estas coisas, ditas assim, perdem em beleza e autoridade. Portanto, em vez de repeti-las de cor, vou dá-las como vêm na «História dos Mosteiros», cap. VII, 208, edição da C. M. L.

— «... se segue a de Dom Diogo da Sylva e Menezes, primeyro Conde de Portalegre, o qual falecendo em vinte de Fevreyro de 1504 deyxou por seo testamenteyro El Rei Dom Manoel, de quem tinha sido ayo, e o mesmo Rey ordenou que seo corpo fosse sepultado na igreja do convento de Sancto Eloy e no melhor lugar della. Em virtude da ordem de El Rey, e por eleyçam de sua mulher Dona Maria de Ayala foi sepultado na capella do Evangelista, que servia de capella-mor, e a mesma condeça deo pera a ditta capella alguns orna-

mentos e peggas de prata. Por sua morte se mandou sepultar nella, deyxando instituida huma missa quotidiana pella sua alma e do conde Dom Diogo seo marido.

Depoys de alguns annos, por morte do Conde Dom Alvaro da Sylva, sucedida em Almeyrim, em cuja igreja foy depositado seo corpo, do qual lugar a Condeça Dona Maria da Cunha, filha do grande Nuno da Cunha governador celebre que foy da India, tresladou seo corpo pera huma capella que edificou na igreja de Sancto Eloy, da invocaçam do Spirito Sancto, a qual fundou não só pera sepultura do Conde seo marido e sua mas pera a de todos os senhores da casa de Portalegre que haviam sido e que ao adiante fossem. Na qual com effeyto foram todos sepultados ate Dom Joam da Sylva, ultimo marquez de Gouveya (na varonia dos Silvas, pois a Casa passou a D. Juliana de Lencastre mulher de D. Martinho de Mascarenhas), mordomo-mor da casa de Sua Magestade, e do seo conselho de Estado. Na campa da sepultura referida se ve o lettreyro seguinte:

AQUI JAZ DONA MARIA DA CUNHA
CONDEÇA QUE FOY DE PORTALEGRE: FALECEO
NO ANNO DE 1580 E JAZEM OS
MAYS SENHORES DA DICTTA CASA. E
ELLA MANDOU FAZER ESTA CAMPA.

Este convento de Santo Eloy, perto do Castelo onde se chegava pela Rua de Jerusalém, deve a sua fundação, 11-3-1286, a D. Domingos Jarde que nele foi sepultado. Tornou-se famoso pelos seus elevados estudos de latim, grego, teologia e cânones. Ruiu com o terremoto de 1755.



Antes de irmos avante, quero registar imediatamente um breve apontamento... Outro D. Diogo da Silva, 5.º Conde de Portalegre, era um dos governadores do Reino. Sentindo-se constrangido, abandonou o lugar e, mesmo a Casa de Portalegre, renunciou no irmão D. Manrique que veio a ser o 1.º Marquês de Gouveia. Constrangido por quê?

Vai dizê-lo Fr. António da Piedade na sua obra «Espelho de Penitencia e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida» (1728):

— «... não quiz profeguir no governo deste Reyno, por ver os demafiados tributos, que fe lançavaõ aos Povos.»

E ainda esclarece que foi provedor da Misericórdia de Lisboa e, não havendo tomado estado, renunciou em seu irmão D. Manrique.

Este atravessou o resto da dominação filipina e com D. João IV manteve sua elevada posição.

Tinha saído triunfante o movimento libertador.

Jorge de Melo e Pedro de Mendonça partiram para Vila Viçosa. Juntaram-se-lhes o Conde de Vimioso (depois de Évora fazer a aclamação do rei português) e o Marquês de Ferreira (da nossa Casa dos Sosas) que acompanharam o Duque de Bragança, chegando a Lisboa em 5.^a feira, 6 de Dezembro.

As cerimónias da aclamação e coroação tiveram lugar no dia 15. No Terreiro do Paço fora armada a tribuna, para onde se dirigiu o cortejo real. À frente de D. João IV caminhava o Marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, na função de Condestável; adiante deste, ia Fernão Teles de Meneses (que depois se distinguiu na defesa da Beira) a fazer de Alferes-mor, com a Bandeira, e o MARQUÊS DE GOUVEIA, D. Manrique, Mordomo-mor; a seguir, caminhavam os grandes de Portugal.

Tomados os respectivos lugares, procedeu-se à aclamação. A findar, o Alferes-mor desfraldou a bandeira e soltou as três exclamações do ritual.

Reorganizado, o cortejo dirigiu-se pela Praça do Pelourinho (Velho) a caminho da Sé, onde as solenes cerimónias teriam seu epílogo no meio daquele fausto litúrgico de que a Igreja sabe rodear-se e aproveitar.

Seguidamente houve que enfrentar a subsequente tarefa nacional da Restauração. Descrevê-la aqui, é impossível, embora apetecesse apontar os nomes e os feitos dos que na nossa Beira com denodo e galhardia expulsaram os castelhanos. E grandes que eles foram!

D. João IV foi hábil defensor dos direitos comuns. As cortes terminaram a sua sessão, encerrando a 5 de Março de 1641. Na História de Portugal, de La Clede, lê-se a seguinte passagem, na pág. 300:

— «O braço eclesiástico, cioso da maior preponderância e sabendo que para a robustecer ainda mais bem andaria explorando o fanatismo intolerante do povo, pretendeu também que a coroa negasse os empregos do Estado aos cristãos-novos. D. João IV apesar de grande religioso, conheceu o absurdo, que tinha tanto de vexatório, e respondeu discretamente que faria cumprir as leis do reino.»

Aquilo que se transcreveu da «História dos Mosteiros», também se pode ler, até mais concentrado, no «Ceo Aberto» (pág. 438 da edição de 1697), do P.^e Francisco de Santa Maria

— «No corpo da Igreja da parte do mar, está a cappella do Espirito Santo, enterro dos Condes de Portalegre, onde jazē todos os fenhores daquella casa até o Excellentissimo fenhor D. Joaõ da Sylva Conde de Portalegre, & Marquez de Gouvea, em quē fe acabou a varonia,...»

Por esta última circunstância o marquesado de Gouveia passou aos Mascarenhas, na pessoa de D. Martinho, casado com D. Juliana de Lencastre, filha de D. Manrique e de sua terceira mulher D. Maria de Lencastre, filha do 3.^o Duque de Aveiro.

Ora se os Silvas (Portalegre e Gouveia) foram sepultados na igreja do Convento de Santo Eloy, é natural perguntar-se: onde seria, em Lisboa, o seu palácio?

O palácio já não existe, mas os vestígios e as referências são numerosos e com bastante interesse.

Abramos a obra de Coelho Gasco, do tempo da dominação filipina — «Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa», a pág. 267 (edição da Imp. U. Coimbra, 1924):

— «O q̄ tudo confirmo com huãs moedas q̄ se acharaõ nas casas do Conde de Portalegre q̄ foraõ antigam.^{te} Paços do Conde D. P.^{ro} f.^o delRey D. Dinis de gloriosa memoria, os quaes deixou por hospital com titulo de visitação depois de sua morte e por Padroeyro delle à Sancta See Metropolitana desta cidade, cujo hospital com outros m.^{tos} q̄ havia nesta cidade com suas grossas rendas se incorporaraõ ao hospital Real do titulo de todos os Sanctos desta cidade q̄ elRey D. Joaõ o 2.^o fez de nouo, obra das reaes do mundo, e igual a taõ grandioso, e prudente Rey como elle foi mas ainda q̄ esta obra foi assas pia, e catholica: contudo acabouse a lembrança daquelles honrados fidalgos, honrados cidadãoes q̄ deixaraõ estes pios legados. Aqui nestes Paços q̄ ficaõ para a banda do mar edificados sobre o muro antigo desta cidade mandandoos renovar de nouo o Conde de Portalegre D. Diogo da Sylva (5.^o Conde) hũ dos governadores q̄ agora he destes Reynos de Portugal no anno de 616 desfazendose hum muro da p.^{te} do mar se acharaõ algũs letreyros latinos em mar-

mores grandes. Achandose mais bũ cepo com grande quantidade de dinbeiro com o qual encheraõ hũ cesto, cuja moeda era romana, metal corinthio tamanbas como os nossos reaes. Etc.

Reduzido ao essencial, temos:

- 1.º — As casas do Conde de Portalegre haviam sido Paços do Conde D. Pedro, filho de El-rei D. Dinis;
- 2.º — Estes Paços ficam para as bandas do mar (Ribeira), sobre a cerca moura ou cerca velha, e foram renovados pelo 5.º Conde D. Diogo da Silva;
- 3.º — Este Conde, no ano de 1616 (quando Coelho Gasco está a escrever), era um dos governadores do Reino, em nome de Filipe e, como já sabemos, desgostoso com a marcha dos negócios públicos, demitiu-se;
- 4.º — Durante as referidas obras, foram encontradas inscrições latinas e moedas romanas (do imperador Cláudio).



Na Cerca Moura, de que ainda há pequenos troços, abriam oito portas, restando apenas, no lado da Ribeira, o Arco Escuro ou Porta Velha do Mar, o Arco das Portas do Mar ou Porta Nova do Mar e Arco de Jesus — a Porta do Mar a S. João, dando acesso à Rua de S. João da Praça, parte da qual se chamou Rua do Conde de Portalegre.

É esta última porta a que mais nos interessa, pois na sua proximidade se situava a casa dos Portalegres e Marqueses de Gouveia. Pelo n.º 17 se passa da Ribeira para o Largo do Marquês do Lavradio (ali à ilharga da Sé) onde foi o pátio do palácio.

Diz Pastor de Macedo («Lisboa de lés-a-lés», iv, 47) falando deste Largo:

— «*Fora antes do Terremoto de 1755 o pátio do palácio dos Marqueses de Gouveia, Condes de Portalegre e de Santa Cruz, palácio, que ali, desde a Ribeira até à rua de S. João da Praça se erguia há muitíssimo tempo. A primeira vez que o vimos citado é em 1654 [...] para depois passar a ser «ao pátio do Marquês...» para depois passar a ser o pátio do Conde de Santa Cruz, pelo menos desde 1702 a 1740 e o pátio do Marquês de Gouveia ou do Marquês Mordomo-mor que era o mesmo titular tratado pelo seu cargo, desde*

1744 até ao Terremoto. Desde então até à quarta década do século seguinte foi simplesmente, duma maneira geral, pátio do Marquês e fugitivamente, desde 1789 a 1792, pátio do Duque em lembrança do último Marquês de Gouveia ter sido o último Duque de Aveiro.

Passando depois o palácio, por herança, para a casa dos Marqueses do Lavradio, o pátio passou a ser designado, em 1844, por pátio do Marquês do Lavradio, até que por edital de 7 de Agosto de 1911 teve a categoria de largo,...»

Segundo as informações de Júlio de Castilho, foi a vereação de 1867 quem mandou terraplanar e limpar o sítio, fazendo o largo e também a passagem para quem vinha das Cruzes da Sé e de S. João da Praça para o Campo das Cebolas, na Ribeira Velha.

«O portal que tem o n.º 13 pertenceu ao palácio dos Marqueses de Gouveia e talvez seja o que foi mandado fazer pelo 3.º Marquês



O portal de D. Martinho de Mascarenhas que, no actual Largo do Marquês do Lavradio, escapou ao Terremoto de 1755

daquele título, D. Martinho Mascarenhas, 6.º Conde de Sandomil, ao qual alude Tomás Pinto Brandão nuns versos do Pinto Renascido («A Ribeira de Lisboa»):

Como todo Portugal
o vosso portal fui ver,
eu, senhor meu, lá fui ter,
porque o não tinha por tal.
Graças ao louvor tal qual,
que lhe dei com pouco alinho!
porque isso me abriu caminho
a tirar-vos de cortez,
o chapéu como a «Marquês»
e a capa como a «Martinho».

II

AO POSTIGO DO CONDE DE LINHARES E NO CHÃO SALGADO

Está à vista de toda a gente... O Largo do Marquês do Lavradio (que foi Pátio do Duque, Pátio do Marquês Mordomo-mor, Pátio do Marquês de Gouveia e Pátio do Conde de Santa Cruz — tudo Marquês de Gouveia), além de ladear a Rua de S. João da Praça que em parte se chamou Rua do Conde de Portalegre, de ter passagem para a Ribeira Velha ao Campo das Cebolas, ainda é acessível pela Travessa dos Machados (que também foi pátio do mesmo nome) entestada na Travessa do Almargem.

O palácio, levado pelo Terremoto, deu que falar, como se depreende dos versos transcritos e onde se alude à lenda samartinhana da divisão da capa:

*«Como todo Portugal
o vosso portal fui ver»*

E o portal lá está, com recente aplicação do escudo dos Mascarenhas. D. Francisca das Chagas, filha de D. Martinho (3.º Marquês de Gouveia), casou com D. António de Almeida 1.º Marquês do Lavradio. Daí resultou a legitimidade em que se baseou o 2.º Lavradio, para requerer

os bens vinculados às Casas de Gouveia e Santa Cruz, depois do sequestro da Casa de Aveiro. Foram-lhe atribuídos por sentença... e daí o seu nome suceder na esquina do modesto largo encarrapitado na Cerca Moura, perto das Portas do Mar a S. João.

A morte de D. José de Mascarenhas, «as obras de benfeitorias nas Casas do Campo das Sebillas ou Palácio à Ribeira foram avaliadas em 4 contos duzentos e vinte mil réis».

Sabe-se que a ascensão de D. José de Mascarenhas, de Marquês de Gouveia a Duque de Aveiro, lhe deu, com seu poderio e esplendor, um ilimitado orgulho. Ora os Mascarenhas, na larga medida da sua nobreza, já tinham que bonde. Descendem do mesmo tronco as casas de Santa Cruz, Sandomil, Sabugal, Óbidos, Cuculim, Torre, Fronteira, Alorna, etc. (Villas Boas).

D. João de Mascarenhas, 2.º C. da Torre, foi 1.º M. de Fronteira; deste, era filho o 1.º C. de Cuculim.

— «*Em campo vermelho trez faxas de ouro: Orla azul com oito Memorias de ouro de duas em duas, Separadas, postas em Cruz. Timbre hum Leão vermelho, rompente com hum Ramo de Palma verde nas mãos, com Cachos, e Tamaras de Ouro.*» (n.º 28 do L.º n.º 17 antigo do Cartório da Nobreza).

O palácio dos Marqueses da Fronteira é um dos mais bem conservados de Lisboa, sendo notável pelo seu conjunto (arquitectura, recheio, jardins, esculturas, piscinas, azulejos, etc.). Ainda tem actualidade a concisa frase com que o qualificou Gabriel Pereira («Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa»):

— «*Nele brilha ao Sol o paganismo.*»
E ainda:

— «*À esquerda, olhando para a galeria, há muitos retratos em azulejo, dos Mascarenhas, condes de Óbidos, Torre, Santa Cruz, Marquezes de Fronteira; à direita, fronteando os retratos, estão representados os brazões.*»

Neste palácio, em S. Domingos de Benfica, viveu Alcipe, a Marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre.



No outro cunhal das Portas do Mar a S. João (Arco de Jesus), ficava o palácio dos Condes de Cuculim, onde ainda se conserva o escudo de suas armas, e que *«no começo do século XVII pertencia aos Condes de Linhares»* (Norberto de Araújo, «Peregrinações», x, 24, 2.º vol.)

Além da pedra de armas, ostenta também um largo portão *«no mais arrogante estilo do século XVII»* (Júlio de Castilho, «A Ribeira de Lisboa», II, 31 e seg.). O imóvel está ocupado por um estabelecimento comercial. E, facto curioso: no seu interior persiste um trecho de calçada, que fora passagem pública e ligava ao Beco dos Armazéns do Linho.

Norberto supõe (parece-me) ser isso o Postigo dos Condes de Linhares *«aberto na muralha, já muito depois da construção da Cerca de D. Fernando e que ligava o Cais de Santarém com S. João da Praça.»*

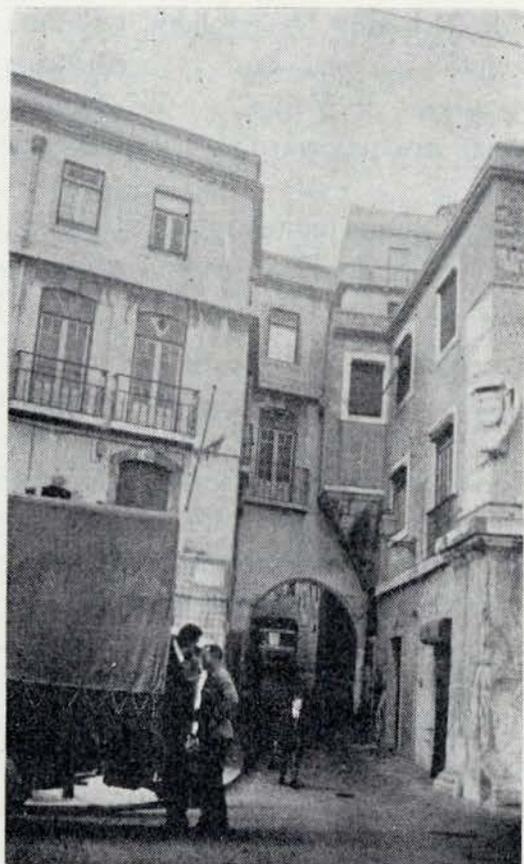
Mas Vieira da Silva («A Cerca Moura de Lisboa») diz que a vizinha Porta do Mar a S. João se denominava também Postigo do Conde de Linhares. Nisso se estriba Castilho, e ambos em Fr. Apolinário: — a grande e antiga porta tinha sido a principal das casas do Conde de Linhares.

E também (Pastor de Macedo, «Lisboa de lés-a-lés», I, 171 e seg.) o actual Beco dos Armazéns do Linho *«deveria ter sido a rua do Conde de Linhares mencionada por João Brandão e por Rodrigues de Oliveira, e que segundo este último fora anteriormente o Surradouro e antes ainda a rua dos Paços do Mestre.»* Trata-se, claro, do Mestre de Avis, D. João I.

E, transcrevendo de Castilho, dá-nos:

— *«quero ver na casa do Conde de Coculim, com saída para a praça de S. João, ou largo de S. João da Praça (antiquíssima praça dos Canos) a morada de Lourenço Martins, por isso denominado da Praça aio e educador do jovem filho del-Rei D. Pedro.»*

Mais adiante, ainda transcrevendo Castilho: — *«bem verosímil que, habitando como habitava, o Real bastardo na poisada de Lourenço Martins, essa poisada viesse a chamar-se, no dizer do vulgo, Paços do Mestre.»*



Porta do Mar a S. João

Em 1627 ainda a este prédio chamavam «as casas do Conde de Linhares...»



Ao falarmos dos Condes de Linhares, sentimo-nos com a nossa gente. Estão mais perto do que poderá parecer, embora Linhares fique a dois passos. Repare-se...

A Casa dos Bicos, quinhentista, ímpar no seu género, embora mutilada pelo Terremoto, está ali mesmo ao pé do Largo do Marquês do Lavradio. Foi mandada erguer por Brás de Albuquerque, filho do *terrível* Afonso de Albuquerque.

Esse Brás (que por ordem de D. Manuel passou a ser também Afonso) casara com D. Maria Ayala de Noronha, filha do 1.º Conde de Linhares e de sua mulher D. Joana da Silva que por sua vez era filha do D. Diogo, 1.º Conde de Portalegre e de sua mulher D. Maria de Ayala, trazida da Canária!

Do Albuquerque e de D. Maria de Noronha foi também a Quinta da Bacalhoa, em Vila Fresca de Azeitão. Lá se vêem as armas dos Noronhas. E podem ver-se formosos azulejos de Valência e de Aragão, muitos medalhões de Luca della Robbia, piscinas, jardins e outras maravilhas.

O Convento de S. Bento, de Xabregas, como panteão dos Noronhas, guardou os restos mortais de vários Condes de Linhares e seus parentes.

Um mundo de coisas que encheria livros e livros...



Desaparecido, esse, os Marqueses de Gouveia não ficariam na rua. Passemos adiante de D. João de Mascarenhas, 4.º Marquês, o de vida tão aventureira (Gamarra e D. Maria da Penha de França) que teve de expatriar-se e entregar o Marquesado a seu irmão D. José de Mascarenhas.

Este, o 5.º Marquês de Gouveia, por ganhar um pleito judicial, passou a Duque de Aveiro. Então, comparável ao seu orgulho, só a sua imensa riqueza. A Casa de Aveiro possuía domínios em Aveiro, Lisboa, Mértola, Alcácer, Pera, Montemor-o-Novo, Azeitão, Samora Correia, Torres Novas, Coimbra, Évora, Setúbal, Torrão, Almeirim, Sintra, Flores e Corvo, Moura, Serra da Arrábida, etc.

O primogénito desse D. Jorge de Lencastre, filho legitimado de D. João II é que esteve no Grão-Mestrado da Ordem de Santiago, foi o 1.º Duque de Aveiro. A esta Casa se ligara a dos Marqueses de Gouveia.

Tendo adoptado o apelido de Lencastre, em memória da rainha D. Filipa, elevados a Duques de Coimbra e na esperançosa ideia de herdar o trono de Portugal, deles disse o Conde de Sabugosa:

— «*Ora em Lisboa, ora em Setúbal, ora em Palmela, os Duques de Coimbra ostentavam grande estado, e gozavam de poderosa influência.*»

E no palácio de Setúbal viveram antes de edificarem o de Azeitão. Por toda a Península Barbárica há vestígios da sua presença e acção: paços (Setúbal e Azeitão), nome de rochedos (Penedo do Duque no Portinho e a Lapa de Sta. Margarida), mosteiros (Arrábida), padroados (Senhora do Cabo), etc.

Quando o 2.º Duque (também D. Jorge) partiu para África, com D. Sebastião, *requereu* no seu testamento:

— «*Peço a El-Rey meu Senhor, baja por bem mandar fazer afforamento a Dona Juliana minha filha, de toda a Serra da Arrabida em fateozim...*» por «*estar na dita Serra o Mosteiro de nossa Senhora de Arrabida.*»

Este convento fora fundado por D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro, Alcaide-mor de Setúbal, que de Guadalupe trouxera Fr. Martinho de Santa Maria (D. Martinho de Benavides) para a ermida de Maria Santíssima, no coração da Serra. E nele foram sepultados uns poucos de Lencastres.

Deles foram também a Lagoa de Albufeira e a Fonte da Telha.

São vagas as referências relativas ao de Setúbal (seria ligado à igreja de S. Julião, nas casas que foram de D. Nuno da Cunha e onde modernamente estivera o Hotel Escoveiro), mas o de Azeitão, com as armas picadas, ainda hoje é um grande, sólido e imponente imóvel, em parte habitado e em parte destinado ao inquilinato comercial. «*Fora começado pelo 1.º Duque, nos meados do século XVI; seus sucessores o tornaram verdadeiro palácio e para ali se transferiram de Setúbal no 1.º quartel do século XVII.*»

O P.º Carvalho, na sua Corografia, III, 299, refere-se-lhe nos seguintes termos:

— «*No meyo destas Aldeas (Aldeia Rica e outras perto de Azeitão) está hum foberbo Palacio com magestosa entrada, & huma grande cerca com quatro ruas muy compridas, todas povoadas de arvores filvestres, boas vinhas, & pomares de todo o genero de frutas excellentes abrunhos, & muytas frutas de espinho, com muytas fontes nativas de boas, & delgadas aguas. Neste Palacio viviaõ os Duques de Aveyro, & era a sua Corte: nelles refide hoje o seu Ouvidor, & mais Officiaes da Correyção, & Justiças da terra.*»



É de crer que a corte do Duque de Aveiro, referida pplo P.º Carvalho, se ostentasse por Azeitão, sim, mas também pelas Casas de Belém. E ali, quase à ilharga do mosteiro dos Jerónimos, elas não deixariam de

*Trecho da frontaria do Palácio do Duque
de Aveiro — Marquês de Gouveia
Azeitão*



ser majestosas. Deduz-se da própria circunstância de as terem destruído tão aparatosamente que ainda hoje lá se conserva, com cinco metros de altura, a *memória* que tal feito vem proclamando desde 1759.

Está no Beco do Chão Salgado, a dois passos da rua principal, à direita de quem, indo de Lisboa, vai entrar no Largo. Diz assim:

«AQUI FORAM ARRASADAS E SALGADAS AS CASAS DE JOSÉ DE MASCARENHAS EXAUTORADO DAS HONRAS DE DUQUE DE AVEIRO E OUTRAS CONDENADO POR SENTENÇA PROFERIDA NA SUPREMA JUNCTA DE INCONFIDÊNCIA EM 12 DE JANEIRO DE 1759 JUSTIÇADO COMO HUM DOS CHEFES DO BÁRBARO E EXECRANDO DESACATO QUE NA NOITE DE 3 DE SETEMBRO DE 1758 SE HAVIA COMETIDO CONTRA A REAL S SAGRADA PESSOA DE D. JOSÉ I NESTE TERRENO INFAME SE NÃO PODERÁ EDIFICAR EM TEMPO ALGUM.»

No entanto, as humildes edificações, um tanto receosas da prepotente maldição, lá foram «emparedando» a terrífica *memória*, como se cautelosamente se colocassem na defesa de quem talvez não fosse mais

que vítima duma razão de Estado. Ainda, mais adiante, se procurará desenvolver essa tese...

E ali acabou a Casa de Aveiro (Marqueses de Gouveia) que na Corte não cedia o passo às preferências de ninguém.

Na «Collecção Política de Apothegmas», de Súpico de Moraes, ed. 1761, exemplar de Lorrvão, pode ler-se a tal respeito a seguinte achega:

— «*Falando em uma ocasião o Senhor D. Teodósio Duque de Bragança com a Duquesa de Aveiro, a tratou por Excelência, e ela a ele por Senhoria.*

À despedida disse-lhe ele: Advirto V. Excelência que cada um dá o que tem consigo.»



*Memória ainda de pé, a assinalar
o Chão Salgado*

Nem à Casa de Bragança...

Mas, perguntar-se-á, e em relação à Casa dos Marqueses de Gouveia: acabariam os Marqueses e os palácios?

Teòricamente, não. Os Marqueses de Gouveia tiveram em Lisboa outros palácios a que vários escritores fazem referência.

Por exemplo, como Condes de Sandomil tinham um ali ao Loreto.

Em «Peregrinações», I, 24, L.º v, Norberto aponta-o, embora desta forma bastante vaga:

— «O Palácio do Conde de Sandomil (defronte do Palácio dos Calharizes, fazendo ângulo para a Rua das Chagas) estava nessa família na altura do Terramoto.»

III

EM S. SEBASTIÃO E NA ESPERANÇA

Como sabeis, Santa Cruz do Castelo, de Lisboa, à ilharga da Alcáçova, prende bastante a nossa atenção.

Transposta a primeira e algo majestosa portada que, pelo Chão da Feira, dá acesso à fortificação, se em vez de pela esquerda flectirmos à direita, embrenhamo-nos nas ruelas do povoado e, presos de um estranho encanto, quase nos esquecemos a apreciar a singeleza e a pacatez de humildes praças provincianas e o aldeano acolhimento de larguinhos pequenos, onde brincam sossegadamente as crianças amorosas e traquinas.

Depois, miradas suas curiosidades topográficas, a igreja e as velhas inscrições abertas nas pedras carcomidas, os pesados portões de ferro que o tempo vai comendo às bocadas, como dizia o nosso Beldemónio, para regressar temos de voltar à mesma portada do Chão da Feira. Faz lembrar aquele dito: «Para cá do Marão, governam os que cá estão»...

Pois também ali tiveram umas, «casas certamente amplas», os Marqueses de Gouveia. É feita nos termos seguintes a referência que a seu respeito escreveu Norberto nas suas «Peregrinações», I, 22, que, falando da Rua do Recolhimento, diz:

— «Vindo da parte actualmente militarizada, o Recolhimento foi transferido para a entrada desta Rua, à vossa direita — onde hoje estão os humildes casebres que aí estás a ver — em casas, certamente amplas, dos Duques de Aveiro. Estas desaparecidas casas, depois de terem sido Recolhimento, deram instalação a um Hospital de soldados (1673) que teve uma Ermidazita de N. S. da Conceição,

assente no local onde se ergue esse prédio alto da esquina da Rua de Santa Cruz, edificado em 1866.»

Se a gente se esquecer a pensar, sente-se transportado a outras épocas, que a nossa fantasia procurará reviver, identificando nelas os personagens que, através dos séculos, consigo trouxeram o nome da nossa vila de Gouveia.



Como se verifica, também nós todos estamos fazendo uma peregrinação, que pode não ser *utilitária* mas não faz mal a ninguém. Vamos, pois, a outro *passo* desta Via Sacra da História.

Em «Monumentos Sacros de Lisboa» (1833) de Luís Gonzaga Pereira, ao descrever-se a igreja de S. Sebastião da Pedreira (pág. 496) e referindo-se às ermidas existentes na freguesia, topa-se este alerta:

— «*Santo António, na quinta que foi do Duque de Aveiro.*»

E logo a nossa desperta curiosidade, atraída por tal legenda, se entrega à escalada da investigação.

— «*A curta Travessa de S. Francisco Xavier na Avenida António Augusto de Aguiar, ao pé da Escadaria para o Palácio dos Desportos, corria entre as quintas do Malheiros e do Duque de Aveiro, depois de Seabra da Silva, nos terrenos municipalizados.*

... ..
Depois de romper terrenos de quintas que pertenciam, no meado do século passado, ao famoso Dr. José Seabra da Silva, Ministro do Estado e que antes haviam sido dos Duques de Aveiro...» (Peregrinações, III, L.º 14, 52).

As demais referências acentuam ser esse conjunto formado por Quinta e Casas a que sem favor podemos dar o nome de Palácio. Vejamos as expressões empregadas e as individualidades que nele habitaram. Creio virem em «Depois do Terremoto», IV, 582 — Matos Sequeira, entre outros os seguintes dados:

— «*Passada a quinta e terras do Poceiro [...] avultava à esquerda, o palácio, com seus belos jardins e magnífica quinta que*

fora do Duque de Aveiro. *Extinta a casa ducal*, depois da misteriosa tentativa de 1759 (já prometi dizer um dia mais alguma coisa a tal respeito — informo eu) *passou a propriedade para um tal António Vaz Coimbra e depois (1767) para José de Seabra da Silva...» (que) tinha todas estas propriedades por sua conta (quintas compradas, reunidas num todo enorme e habitava o palácio Aveiro. Vivera lá, no 2.º semestre de 1779 o Marquês de Nisa, pagando de renda 250\$000 réis.»*

Nesta casa, muito arruinada pelo Terremoto, habitaram no século XVII vários personagens. Mas este ligeiro apontamento não pode ter, por circunstâncias de tempo e espaço, a pretensão de ultrapassar os limites duma desenfastiada digressão. E só lembraremos mais um inquilino, este já do século XVIII: o 1.º Patriarca de Lisboa.

Este, D. Tomás de Almeida, irmão de D. Luís de Almeida, Conde de Avintes, era descendente do famoso Lopo de Almeida Conde de Abrantes (depois Marquês) e do 1.º Vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida. De Condes de Avintes vieram a Marquês do Lavradio — os nossos Marquês do Lavradio. D. Tomás teve no Campo de Santa Clara o palácio onde estão os Tribunais Militares e assentara primitivamente a casa da celebrada Infanta D. Maria filha de D. Manuel I, e teve o Palácio da Mitra, como casa de Verão, hoje Museu Municipal, em cuja portada ainda figuram as suas Armas.

Pois do Palácio Aveiro, a S. Sebastião da Pedreira, saiu para a sua sagração o 1.º Patriarca de Lisboa.

— *«Saiu o prelado da quinta do Duque de Aveiro, próximo de S. Sebastião da Pedreira, n'um coche riquíssimo, com toda a nobreza que o seguia a cavallo, e, tomando na igreja de Santa Martha a capa consistorial, cavalgou também, vindo assim até às portas de Santo Antão.»*

Esta descrição constante do «Sumário de Varia Historia» prossegue, mas continuemo-la com umas linhas do «Gabinete Histórico»... Havia, o cortejo, chegado às Portas de Santo Antão, «onde estava levantado um bom composto altar».

— *«Aqui, deixada a capa consistorial, se revestiu pontificalmente com capa e mitra de tela branca, e montado em uma mula russa,*

coberta com uma gualdrapa de tela branca, a levou de rédea seu irmão D. Luís de Almeida, Conde de Avintes. Ao sair das portas de Santo Antão o receberam debaixo dum pátio de preciosa tela os vereadores dos senados de ambas as Lisboas (Oriental e Ocidental) e desta sorte por entre duas alas chegou à santa basílica patriarcal. [...] O que tudo se fez com uma pompa e grandeza até então nunca vista.»



Nesta Lisboa do nosso encanto, cartaz formoso e tão rico de cor e de beleza, toda a gente conhece o monumental Chafariz da Esperança, obra do notável architecto Carlos Mardel, cujo nome ficou ligado à «Obra das Águas Livres».

Pois ali, nas redondezas, existiu também um grandioso palácio dos Marqueses de Gouveia (Duques de Aveiro, cujas armas, segundo Braamcamp — «Armoria Portuguesa», eram «as de Portugal, com um filete de negro, posto em contrabanda, atravessante sobre tudo, salvo o escudete do centro», por procederem de D. João II) perto de terrenos que serviam de estaleiros — informa Pastor de Macedo, «Lisboa de lés-a-lés», iv, 45 e 46. Que dizer: chegavam até lá as águas do Tejo.

Esse palácio, assinalam os olisipógrafos, foi moradia dos Marqueses das Minas, antes de comprarem aquele exemplar seiscentista de tanto cachet, que um dia foi de Francisco de Sousa 1.º Marquês das Minas, em cujo átrio tem pintadas suas armas, além do Jardim das Albertas, ladeando a travessa de D. Brás (da Silva e Lorena, 9.º Marquês das Minas).

Júlio de Castilho em «A Ribeira de Lisboa», III, 94, não deixa de o confirmar. E Alberto Meyrelles («Lisboa Ocidental», 181) diz que tal palácio — o da Esperança, claro — «ocupava a Rua da Esperança, o largo do mesmo nome e parte da Calçada do Marquês de Abrantes», para onde comunicava por umas escadinhas.

Norberto («Peregrinação», II, 14, L.º 7, pág. 22-27) dele se ocupa também, dizendo ao referir-se ao Convento dos Barbadinhos:

— «Tudo eram jardins do Duque de Aveiro». E falando do de N. S.ª da Porciuncula, esclarece:

— «Construído, em 1648, em terrenos cedidos pelos Duques de Aveiro, grandes senhores do sítio.»

Também a Casa de Aveiro cedeu terrenos ao Convento da Esperança (onde estão hoje os Sapadores Bombeiros). Tudo isso era na sua vizinhança. E torna:

— «Neste quarteirão (do Chafariz da Esperança), entre a Rua da Esperança e a Calçada do Marquês de Abrantes, com frente ao Largo, mas prolongando-se para poente e para sul, assentavam no século XVI, e até ao século XVIII, o Palácio, casas e quintas do Duque de Aveiro (*grandes senhores desta área*)...»

Temos de abandonar o caminho das citações, para sairmos disso e por já estarmos inteirados da existência, local e importância da nobre moradia.

Evidentemente, como as outras, ela figurou no Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro, fazendo parte duma riqueza colossal que, após a dispersão, impossibilitou a reabilitação de que beneficiaram os outros nomes implicados na conjura (assim o afirmam diversos autores).

Quem quiser pode ver, no Museu Nacional de Arte Antiga, pratas e tapeçarias da Casa de Aveiro (Marquês de Gouveia). Boa parte da Baixela Germain — mais de mil peças e só o centro de mesa pesa 70 kg — e que às vezes serve nos ágapes oficiais, e as figurinhas de Ambroise-Nicolas Cousinet, fizeram parte desse conjunto de Arte e riqueza.

Onde hoje está a Faculdade de Ciências, foi a Escola Politécnica e antes desta o Colégio dos Nobres, instalado no Noviciado da Cotovia que, com a enorme Quinta de S. Bento ao Salitre, havia sido doada aos Jesuítas por Fernão Teles de Meneses, que governou a Índia e procedia dos nossos Silvas. Sua mulher D. Maria de Noronha lhe mandou construir um sumptuoso túmulo de mármore, ainda de pé.

Ora a coisa veio mesmo a propósito. Sendo preciso dar base financeira ao Colégio dos Nobres (Carta de 13 de Outubro de 1766), D. José entregou-lhe, juntamente com edifícios e Quinta da Cotovia, «*as rendas dos terrenos que foram da Casa de Aveiro, no sítio da Esperança, com todas as suas pertenças.*»

Em «Depois do Terremoto», iv, 582, Matos Sequeira, pode ler-se:

— «Os prédios que o Colégio dos Nobres possuía no sítio da Esperança e que tinham sido da Casa de Aveiro, *doados à instituição, pelo Marquês de Pombal, foram, em 1861, vendidos pelo Governo*

à Câmara Municipal pela quantia de 4 845\$600 réis (Carta de Lei de 10 de Setembro). Os prédios eram no Largo da Esperança, Rua da Silva, Beco do Guerra, Calçada do Marquês de Abrantes e Travessa de Santo António. A Câmara demoliu-os.»

O Inventário dos bens da Casa de Aveiro (do Marquês de Gouveia), é um rol imenso de riquezas que levaram caminhos e descaminhos os mais diversos, acerca das quais e dos quais muito se poderia dizer. Mas não o farei agora. Todavia, ao evocar o Palácio da Esperança beijado pelo mar (Mar e Rio ali, dalguma forma, se interpenetravam e confundiam), salientarei que seria dos mais felizes, em comparação com o dos outros bens, o destino que lhe foi dado.

É que, para o tempo, o Colégio dos Nobres foi um categorizado e prestigioso estabelecimento de ensino.

Na minha tineta de professor, podia lembrar o seu plano de estudos, o nome dos seus mestres insignes, os seus vencimentos, as Casas donde provinham os alunos e, logo de seguida, consignar uma palavra de justiça e admiração a esse homem de Estado de tão alta envergadura — o Marquês de Pombal — que, com a valiosa cooperação de talentos da medida de Ribeiro Sanches e Verney, cobriu o País com a 1.^a rede de escolas públicas e gratuitas. Mas isso levar-nos-ia muito longe, tendo de ficar para outra oportunidade.



E só mais duas palavras, e apenas para aqueles que delas precisem.

Nos modestos trabalhos até agora desenvolvidos, não tenho o propósito nem a «mania» de me curvar perante os grandes ou agradar aos seus descendentes. Sei muito bem que eles, como homens, nem sempre se informaram sòmente de heroísmos mas também de vilezas e heroísmos, subindo e descendo a altos e baixos.

Mas cumpre-nos ser justos e julgá-los à luz do seu tempo. Regiam-se por princípios diferentes dos nossos. Tinham, da vida e do seu dever, uma concepção diferente. Regra geral, a sua forma de *servir* era aquela por que se determinaram.

E se eu os lembro e deles tanto me ocupo, é para demonstrar que, com eles, Gouveia figurou sempre, no decorrer da vida pública, nos primeiros lugares dos grandes acontecimentos que deram rumo à vida nacional.

A nobreza de hoje afirma-se pela doçura de alma e pela capacidade e aptidão de trabalho. E esse rumo do aproveitamento dos melhores valores, pressupõe e exige a liberdade de revelação, para que a Pátria não desperdice a sua melhor e mais valiosa riqueza.

O sonhador e poeta (sem escrever versos), de olhos doces e azuis, Raul Brandão, escreveu um dia: — «*Todo o homem que nasce tem direito a um quinhão de terra — seu sustento e sua cova*». Não terá, nem ambicionará ter palácios como os do Duque de Aveiro, nem sequer pequenina casa sua. Mas não sei quem lhe possa negar a legitimidade de querer que o seu trabalho dê para alugar três pequenas divisões onde recolha e crie os filhos da sua alma e do seu amor.

FICHA BIBLIOGRÁFICA

- História dos Mosteiros* — Cap. VII (Edição da Câmara Municipal de Lisboa)
Espelho da Penitência
Chronica da Prov. de Santa Maria da Arrábida } Fr. António da Piedade
Crítica e História — Anselmo Braamcamp
Corografia Histórica — D. Luís Caetano de Lima
História de Portugal — La Clede
Céu Aberto — P.^o Francisco de Santa Maria
Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa — Coelho Gasco
Lisboa de lés-a-lés — Pastor de Macedo
A Ribeira de Lisboa — Júlio de Castilho
Inventário de Lisboa — Norberto de Araújo
Nobiliarchia — Villas Boas
Cartório da Nobreza, L.^o n.^o 17
Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa — Gabriel Pereira
Peregrinações — Norberto de Araújo
A Cerca Moura de Lisboa — Vieira da Silva
Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro — Luís Bivar Guerra
Gente de Algo — Conde de Sabugosa
Corografia — P.^o António Carvalho da Costa
A Arrábida — (número único, 1 de Julho de 1889)
Colecção Política de Apothegmas (exemp. de Lorrão) — Supico de Morais
Monumentos Sacros de Lisboa — Luís Gonzaga Pereira
Depois do Terremoto — Matos Sequeira
Sumário de Vária História — Ribeiro Guimarães
Gabinete Histórico — Fr. Cláudio da Conceição
Armaria Portuguesa — Braamcamp

OS "DIÁLOGOS DO SÍTIO DE LISBOA", de Luís Mendes de Vasconcellos

por JOSÉ d'ENCARNAÇÃO
(Bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian)

Os «Diálogos do Sítio de Lisboa», como sucintamente se denomina a obra de Luís Mendes de Vasconcellos, publicada em 1608, podem ser estudados sob diversos pontos de vista.

Por isso, preferi apresentar primeiramente os tópicos do seu plano geral, atentando, depois, com mais pormenor, nas passagens que me pareceram de maior importância para a compreensão dos objectivos do Autor.

Consultei duas edições:

— a de 1803, feita em Lisboa, pela Imprensa Régia, e que traz o título «Do Sítio de Lisboa, sua grandeza, povoação e comércio, etc. Diálogos de Luís Mendes de Vasconcellos, reimpressos conforme a edição de 1608, novamente correctos e emendados»;

— e a de António Sérgio, in «Antologia dos Economistas Portugueses», Lisboa, 1942, pp. 1-169; nesta edição foram suprimidas algumas partes julgadas de menor interesse; de resto, a inclusão da obra numa antologia de economistas explica que o critério adoptado pelo seleccionador foi predominantemente o económico.

As citações que apresento (com a grafia actualizada) referem-se à edição do séc. XIX.

PRIMEIRA PARTE
PLANO DA OBRA

I — *PREFÁCIO*

1. — Motivos que levaram o Autor a escrever os Diálogos:
 - a) amor próprio;
 - b) excelência do sítio de Lisboa, apto para a estadia da Corte: propício à actividade marítima; abundante em mantimentos; deleitoso.
2. — A maior acessibilidade da forma dialogal.
3. — A escolha dos personagens.

II — *INTRODUÇÃO*

1. —
 - a) Circunstâncias do diálogo;
 - b) Apresentação dos interlocutores.
2. —
 - a) Uma cidade grande, populosa e abastecida (como Lisboa) torna os Príncipes mais poderosos;
 - b) *Objecção*: As cidades grandes não são poderosas porque são difíceis de governar e de abastecer;
 - c) *Resposta*: A presença do Príncipe evita a desordem; a importação é mais fácil a uma cidade grande.
3. — A situação de Lisboa:
 - a) É causa do seu aumento;
 - b) Torna-a capaz de ser cabeça de um grande império e de fazer grandíssimas conquistas.

III — *AS VANTAGENS DO SÍTIO DE LISBOA A RESPEITO DO MUNDO* (1.º diálogo)

1. — A situação das cidades como sinal da predestinação divina da sua função.
2. — Lisboa, luz e guia (olhos) da Europa.
3. — Facilidades para o comércio e envio de exércitos e armadas:
 - a) Cartago, Corinto, Cápua e Constantinopla, exemplos acabados dessas facilidades;

b) Lisboa excede-as:

- 1) Em navegação e comércio, porque, debruçada sobre o mar, os seus navios percorrem fàcilmente todos os oceanos; é grande a segurança e capacidade do seu porto e a afluência de gente e de produtos aos seus mercados, cujo movimento se poderia ainda aumentar.
- 2) Em poder militar, porque o seu exército pode acompanhar por terra a armada; porque dispõe de navios de alto bordo, de galés e embarcações de maior porte que outra qualquer, devido à largueza do mar e comodidade do porto.

c) Conclusão: Lisboa é superior a todas e capaz de «sujeitar grandíssimas províncias»; os danos da conquista da Índia são prova disso, porquanto não impedem o engrandecimento da cidade.

IV — AS VANTAGENS DO SÍTIO DE LISBOA A RESPEITO DE SI MESMO (2.º diálogo)

1. — Reúne as melhores condições sanitárias:

- Celestes (referências geográficas e astrológicas);
- Terrestres:

- a) a orientação mais conveniente;
- b) a melhor situação em altitude;
- c) ausência de paúis, rios e terras más;
- d) excelente qualidade das suas águas;
- e) sanidade dos mantimentos;
- f) boa rede de esgotos.

2. — Está abundantemente provida de mantimentos e recreações:

- a) Produtos importados de todo o mundo para pompa e ganho de comércio; confronto com Babilónia; o movimento do porto.
- b) Produtos alimentares e de vestuário que, embora os tenha, a grande cidade sempre precisa de importar: a *fertilidade* do termo de Lisboa; a facilidade dos trans-

portes; elogio do trigo, do vinho e do azeite; a fertilidade da lezíria, apesar da mangra, da falta de água e das grandes cheias (apontam-se os remédios); a produção têxtil; as madeiras. A *importação* de produtos de alto e baixo preço; a excelência do Terreiro do Trigo.

- c) Produtos da própria terra: os de pouco preço (lenhas, carvão, palha, cal e pedra); água.
- d) Recreações: panoramas agradáveis; suave clima; comodidade de exercícios deleitosos (caça, pesca, equitação).

3. — Tem boas condições de defesa:

- a) Não pode ser atacada de improviso;
- b) É forte por natureza;
- c) Por arte se poderá fortificar mais (ligando, por um fosso, o Rio de Sacavém ao de Alcântara; construindo, ao longo dos rios, um passeio com baluartes para a artilharia e um caminho para os soldados; tornando navegável o espaço entre Alcântara e Sacavém).
- d) Desta forma, se lhe não poderá tirar o socorro.

V — CONCLUSÃO

«E assim (Lisboa) não só pelas suas naturais disposições, mas pela excelência da sua perpetuidade é digna de ser cabeça do Império de toda a Terra» (pp. 276/7).

SEGUNDA PARTE

I — RAZÃO DE SER DOS DIÁLOGOS

Uma questão se nos põe, desde o início, a propósito da obra de Mendes de Vasconcellos: por que razão os escreveu?

Em resposta, o Autor aponta, no prefácio, o amor da Pátria e a excelência do sítio de Lisboa, acrescentando:

«Mas ainda para isto se me ofereceram outras razões muito mais forçosas; porque entendendo quanto convém a esta Monarquia voltar Sua Majestade todo

o seu entendimento às causas do mar, e que todas se farão melhor com a sua presença, e que esta Cidade com ela receberá grandíssima utilidade, pois quando não tiver outra, basta a de servir o seu Príncipe aonde ele veja o seu fidelíssimo ânimo; pareceu-me que seria cousa utilíssima mostrar como a Cidade de Lisboa é mais apta para as cousas do mar, a respeito desta Monarquia, que outra alguma, e que nela terá abundantemente a Corte de Sua Majestade não só todo o que para sustento comum é necessário, mas as mais preciosas cousas do Mundo, e El-Rei as melhores recreações, que se podem desejar, para que todas estas razões se conheça que esta Cidade é mais digna que todas da sua assistência». (pp. III/IV).

A citação merece algumas reflexões.

O primeiro ponto a sublinhar é a sugestão de nova orientação político-económica: maior dedicação ao *mar*. Mendes de Vasconcellos por diversas vezes se referirá ao assunto, acentuando-lhe a importância. Na pág. 107, por exemplo, depois de enumerar as inovações a ser praticadas no que concerne à conservação da Índia para maior proveito do Reino, dá particular relevo aos benefícios que delas advirão para o aumento do comércio e do poder marítimo deste País, dizendo:

«...far-se-á este Reino muito poderoso no mar que é a maior força deste Estado e de todos os que dependem do mar tanto como ele».

Porquê esta atitude de M. de Vasconcellos? Seria apenas uma base de apoio para a sua argumentação ou corresponderia, afinal, a uma necessidade concreta da economia peninsular? Muito provavelmente, os dois aspectos são de ter em conta, embora M. de Vasconcellos não insista na crítica às estruturas existentes, na medida em que poderia prejudicar a realização das suas intenções.

O Autor diz que vai escrever por «amor pátrio» e considera de «grandíssima utilidade» a vinda da corte hispânica para Lisboa. O nosso País perdera a autonomia; chamar para o seu seio a corte do dominador não seria, talvez, uma traição tendente a cortar todos os possíveis movimentos de restauração, de êxito mais assegurado com o monarca longe? Poder-se-á identificar este «patriotismo» de que o Autor se ufana, com o que se chamaria «portuguesismo»? É este o problema que os Diálogos nos põem.

Como se sabe, os Portugueses não aceitaram *de jure* a união de Portugal com a Espanha, em 1580; a sua foi uma aceitação *de facto*, em função do extraordinário poder da monarquia espanhola. Enquanto o povo criava o Sebastianismo, as camadas intelectuais da Nação (digamos assim) lançaram-se numa obra de justificação ideológica da perda da Independência, por um lado, e de enaltecimento do valor de Portugal no contexto peninsular, por outro. Desta forma, procurou assegurar-se

que, na sequência das promessas de autonomia outrora feitas pelo próprio Cristo a Afonso Henriques, antes da batalha de Ourique, a Providência Divina permitira a união de Portugal à poderosa Espanha, porque tinha em vista a realização de grandes fins, para os quais Portugal, sozinho, não dispunha de meios suficientes. Logo que os fins se realizassem ou se a Espanha não fosse digna de os realizar, a união cessaria e os Portugueses recuperariam a sua independência.

No segundo aspecto, o do enaltecimento, se inscrevem os louvores à cidade de Lisboa. Se Portugal tinha que ficar unido a Espanha (pelo menos, temporariamente), nem tudo ficaria completamente perdido da sua antiga grandeza, se lhe fosse dada uma posição de supremacia em relação aos outros Estados de domínio espanhol. Daí que se tentasse mostrar todos os excepcionais requisitos de uma cidade, que era, sem dúvida alguma, capaz de vir a ser «cabeça de um grande Império», segundo a expressão muito comum em Mendes de Vasconcellos.

Em face do que fica dito se torna mais compreensível o «amor pátrio» do Autor dos Diálogos. Não se lhe importavam — quiçá, por desconhecê-los — os graves inconvenientes que a realização do seu desejo certamente acarretaria para o País — o que lhe interessava era mostrar a El-Rei que as qualidades da situação de Lisboa «naturalmente são causa não só de seu aumento mas a fazem mais capaz que todas as Cidades do Mundo, para ser cabeça de um grande Império, e fazer grandíssimas conquistas» (p. 8). Pudesse estar Filipe III de Espanha descansado, porque Lisboa o serviria com «fidelíssimo ânimo», sem revoltas ou desejos de independência. E esta expressão que, à primeira vista, se poderia acoimar de servilismo anti-português, assume, neste contexto, todo o seu significado e importância.

É curioso verificar, ainda, como, situando os diálogos no tempo de D. João III, quando a corte portuguesa se encontrava já praticamente fixa em Lisboa, M. de Vasconcellos se esquece do facto, usando de mais este estratagemas para enaltecer a cidade, segundo os objectivos que se propusera. Escreve ele:

«Mas Lisboa sem nenhuma delas se fez grande e faz cada vez mais, porque não só os Reis dela a não quiseram com seu estado engrandecer, mas já ordenaram que não pudesse crescer mais; e ser assento dos seus Reis também a não podia fazer grande, porque só a nação portuguesa tinha necessidade da assistência da sua corte, não sendo ele senhor de outra alguma, e esta não tem mais que uma

pequena parte de Espanha; nem a segurança dos muros podia obrigar a isso, pois a maior parte dela os não tem e os que tem tão pouco não guardam o que cercam». (pp. 182/3) (1).

Ocorre fazer uma outra observação: no processo de enaltecimento, M. de Vasconcellos vai pôr em confronto as características de Lisboa com a de outras cidades. Uma vez que a Corte de Espanha não iria certamente residir fora dos seus domínios, pareceria lógico que os termos de comparação fossem ibéricos ou espanhóis. Apesar disso, o Autor não faz qualquer referência a outras cidades ibéricas. A nenhuma delas, quer portuguesas quer situadas em território espanhol. O facto é curioso e importa dar-lhe, creio, o devido realce. No entanto, não será talvez difícil explicá-lo. Se elevasse Lisboa acima de Madrid, Barcelona ou Sevilha, por exemplo, era mais fácil que se visse nos Diálogos uma tentativa de independência do lado português; havia maiores possibilidades de más interpretações e de susceptibilidades feridas. Desta forma, a comparação com exemplos clássicos, além de estar em moda, foi o melhor caminho para evitar, de forma astuciosa, os inconvenientes apontados.

Este me parece ser, por conseguinte, o programa de M. de Vasconcellos. Não admira, pois, que a sua obra assuma, desde o início, um carácter francamente demonstrativo, a que a estrutura adoptada, estreitamente silogística, dá realce.

O louvor à cidade de Lisboa e ao Tejo não era novo. Já André de Resende, em 1573 (2), lhe chamara «omnium Hispaniae urbium celeberrima» (o. c., p. 337) e dissera que do ouro do Tejo faziam os seus ceptros os Reis dos Lusitanos (o. c., p. 106).

Mas M. de Vasconcellos tem uma intenção precisa: induzir o Rei a vir viver para esta cidade. Ele próprio no-lo diz, no prefácio, como vimos, e através de toda a obra é esta a ideia fundamental. Senão vejamos: são quase incontáveis as vezes que nos surgem expressões deste teor:

«... anteposta, por razão do sítio, a todas as cidades do Mundo» (p. 9);
«... que Cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo, que pudesse, como Lisboa, sujeitar grandissimas Províncias...» (p. 26);

(1) Quase no fim dos Diálogos, Mendes de Vasconcellos demonstrará que a Cidade, tem, por natureza, boas condições de defesa, embora por arte se possa fortificar melhor.

(2) Junto, em apêndice, uma lista bibliográfica de obras relativas a Lisboa, escritas na época a que nos remontamos, bem como um elenco dos poetas que a cantaram.

«... bem se prova... que é, a respeito das partes do Mundo, muito mais capaz que Cartago, Roma, Cápua, Corinto e Constantinopla, para ser cabeça de um grande Império» (p. 111);

«... a todos os sítios se avanta o de Lisboa» (p. 124);

«... não só devemos fazer a Lisboa cabeça do Mundo, mas que se assim o não fizermos ofenderemos a Deus, pois não seguimos o intento da sua providência» (p. 147);

«... é mais apta a sustentar o peso do Império, que outra alguma cidade» (p. 160);

«... ficando esta Cidade verdadeiramente, pela disposição do sítio, mais apta que outra alguma a ser cabeça do maior Império, que nunca teve o Mundo» (p. 274);

«Que se pode responder a isto senão o que já tenho dito? que a Divina Providência, querendo fazer o sítio de Lisboa capaz do Império, não permitiu que lhe faltasse nenhuma coisa para esse fim» (p. 217).

É digna de ser salientada a alusão à Providência de Deus feita pelo Soldado (p. 147). Diz ele que será ofensa ao Criador não fazer de Lisboa o centro de um grande Império (e, na época, a Espanha era, efectivamente, «um grande Império»). Não seria possível criar um argumento mais forte e mais condizente com o que se disse atrás acerca da justificação ideológica da perda da independência.

Além da repetição constante, que se exemplificou, M. de Vasconcellos lançou mão de todos os ingredientes literários do engrandecimento: a hipérbole («O qual (Terreiro do Trigo) dá grande ocasião a todos os entendimentos de uma grande consideração, e ao meu se representa tão grande cousa que não sei palavras com que não fique diminuindo muita parte da sua grandeza e excelência» — p. 208); a interrogação retórica («que terra há no Mundo mais fértil?» — p. 195); as exclamações maravilhadas; a circunstância de o diálogo se ter iniciado a partir das dúvidas formuladas sobre a grandeza de Lisboa; a designação dos personagens pelas profissões «porque vos não pareça que com eles quero autorizar o que disser» (p. 4) ⁽³⁾; a própria estrutura dialogal da obra, na medida em que permite a apresentação de opiniões contrárias e a resposta a objecções; os elogios prestados ao «doutíssimo» Filósofo, principal interveniente nos Diálogos; a afirmação de que só diz a verdade: «mas porque não cuideis que uso, como os Poetas, de encarecimentos, uma só cousa vos direi,

(³) Representarão eles os diversos pareceres das camadas sociais da época? Não o creio. O parecer dos Diálogos é um só — o do seu Autor.

que vos mostrará claríssimamente, que são nisto muito curtas as minhas palavras, e nela vereis a grandeza deste povo» (p. 202).

Contudo, se o elogio da cidade perpassa por toda a obra, é na parte em que se referem os seus deleites (pp. 224-242) que o Filósofo (incarnando, certamente, o próprio Autor) dá largas ao seu entusiasmo, escrevendo trechos de verdadeira antologia⁽¹⁾:

«E o passeio do mar não é inferior a nenhum dos referidos; porque olhando para a terra se vê, não sem admiração, a grande Cidade que se levanta sobre as ladeiras que olham para aquela parte, fazendo outra grandíssima Cidade naval. E para que tudo seja sempre alegre, depois que o Sol aparece sobre o nosso Horizonte, até que (como fingem os Poetas) mete o seu carro nas águas do Oceano, não deixa de espalhar os seus raios por cima de toda a Cidade, com o que a faz muito mais alegre e deleitosa à vista» (pp. 228-229).

É, a meu ver, nestas páginas, que a obra atinge o seu auge, a maior vibração poética, porque, apesar de tudo, o Soldado ainda recrimina o Filósofo: «Muito levemente passais por estas cousas, devendo-se fazer delas mais consideração» (p. 231) e «Ainda fica nesta bem que dizer» (p. 236).

M. de Vasconcellos insiste em seguir apenas este rumo de enaltecimento do sítio de Lisboa. A discussão sobre a conquista da Índia só é iniciada depois de os interlocutores verificarem que também ela serve para enaltecer a cidade, «pois se provará bem a bondade do sítio, quando se conhecer que os danos da conquista não diminuem a grandeza desta Cidade» (p. 33); noutra passo, quando vê que se vai a desviar do assunto, o Filósofo não deixa de observar: «Isto não é do sujeito desta nossa prática, que é sobre o sítio, e não do governo e leis» (p. 170).

Mas será realmente esse o fim último, o único objectivo de M. de Vasconcellos? Como interpretar, por exemplo, a importância dada à discussão sobre a Índia — que ocupa 87 páginas num volume de 227 — e, também, as críticas aos poucos cuidados que se tinham para com a agricultura?

Tudo isso se insere, parece-me, neste contexto encomiástico: «E assim a negligência nos tira a muita fertilidade que poderemos ter, segundo a natural disposição desta terra, e não a esterilidade dela» (p. 201). Afigura-se-me que o Autor não pretende «fazer» economia política. Estas alusões

(1) Que António Sérgio não transcreve.

são, igualmente, meios de enaltecimento, não são fins: servem para demonstrar que, *apesar* do nosso descuido, apesar dos grandes prejuízos que a conquista da Índia nos veio trazer, a cidade de Lisboa prosperou e se manteve, graças à «excelência» da sua situação.

Não há outro intuito em Mendes de Vasconcellos senão o de trazer a Corte para a cidade do Tejo. Ele próprio confessa que resolveu imprimir a obra para que, assim, ela tivesse maiores possibilidades de chegar às mãos do Rei. E quando o Soldado objecta que as cidades populosas são, de ordinário, mal governadas, o Filósofo apressa-se a fazer notar que a presença do Príncipe e o exemplo das suas virtudes são bom remédio contra todos os desgovernos (pp. 6-7).

II — A CONQUISTA DA ÍNDIA

Como se depreende do próprio texto — o Político entregara ao Rei um memorando a tal respeito (cfr. p. 27) —, os benefícios da conquista da Índia eram assunto controvertido já no séc. XVI. Por isso, julguei útil dar o esquema do debate, como Luís Mendes de Vasconcellos o apresenta:

I — 1.^a *questão*: A conquista foi útil ou não?

- a) *Premissas*: — a utilidade compreende o esforço;
— o útil deve preferir-se ao deleitoso;
— a conquista da Índia foi deleitosa e prejudicial.
- b) *Provas*: — a glória de um Estado reside na utilidade da sua conservação;
— a conquista da Índia trouxe especiarias e pedras preciosas, que não são úteis nem por si (prejudicam a saúde, umas; levam-nos dinheiro, favorecem a vaidade, não alimentam nem defendem, outras) nem pela riqueza que dão.
— a conquista contribuiu para o despovoamento do território e abandono da agricultura.
- c) *Objecções*: 1.^a — Que obra de maior esforço que esta conquista?
2.^a — O Príncipe não pode tirar dinheiro aos seus súbditos para se tornar poderoso? Ou, então, para pagar a soldados estrangeiros?

3.^a — A navegação da Índia dá-nos ganho.

4.^a — O número de lavradores não aumentou, mas também não diminuiu; a população de Lisboa cresceu consideravelmente; povoaram-se muitas ilhas; o Reino não está pior cultivado; a conquista foi, por último, uma escola de soldados.

d) Resposta às objecções:

1.^a — Importa distinguir entre o indivíduo e o Estado: para os soldados, a conquista foi acto valoroso; para o Reino, não.

2.^a — O fim do Príncipe é ser poderoso, temido dos estranhos, amado e obedecido pelos súbditos; se os sobrecarrega de impostos, não é amado e, a pouco e pouco, vai enfraquecendo; por outro lado, não lhe adianta assalariar mercenários para o exército, porque haveria de lutar contra os inimigos externos e os próprios súbditos.

3.^a — Evidentemente que o comércio da Índia nos dá lucro, mas não o dá a conquista; esse era decerto o intuito de D. Manuel; no entanto, «a imprudência dos ministros, ou necessidade dos sucessos mal governados deviam de obrigar a se empenhar mais do que fora o seu primeiro intento, se não foi cobiça e ambição de todos» (p. 102).

4.^a — Lisboa cresceu não devido à conquista mas pela excelência da sua situação; no entanto, quem acorreu a ela senão os lavradores da província? E se cresceu, não precisará, por isso mesmo, de mais provimento e de mais terras? Como a Índia não lhas deu, neste aspecto também lhe não foi útil. O mesmo se não dirá das Ilhas e do Brasil, que foram povoados duma só vez, com degredados, e onde prospera a agricultura, cujos produtos a própria cidade de Lisboa consome. Se tivesse ficado cá mais gente, não se teriam perdido terras e outras se poderiam arrotear. A conquista também teria sido escola de soldados se se intentasse apenas o necessário para a segurança do comércio.

II — 2.^a *questão*: Importa conservá-la? Como?

Conserve-se a Índia com proveito, uma vez que, com a sua conquista se fizeram grandes despesas e a expansão cristã assim o manda. Para isso, convém:

- Facilitar o comércio a todos os Portugueses;
- Cobrar direitos apenas sobre as fazendas;

- Isentar de impostos a primeira viagem, facilitando a construção de novos barcos;
- Utilizar uma ou duas naus no transporte exclusivo da pimenta;
- Reunir em Goa todos os Portugueses do Oriente;
- Aumentar o poder marítimo de Goa (com novas unidades que assegurarão o domínio terrestre).

Da execução destas sugestões resultarão grandes benefícios:

- Aumentarão o comércio e as rendas reais;
- Aumentará a segurança de Goa (lá ficarão muitos para servir El-Rei, por afeição à terra ou devido à comodidade do comércio);
- Conseguir-se-á o monopólio do comércio;
- Ter-se-ão notícias mais frequentes;
- Aumentará o poder marítimo do Rei;
- Será mais seguro o transporte da pimenta e mais fácil o de soldados;
- Haverá, depois, a possibilidade de uma certa autonomia: «E quando Goa e a Índia tenham tanto poder que não dependa a sua segurança do nosso socorro, então louvarei a conquista dela (p. 109).

O programa era vasto e difícil. O próprio Político, que o propõe, cede ao pessimismo, preconizando «grande ruína» para o Reino (p. 110).

O tema mereceria, porventura, um comentário demorado e uma reflexão que o integrasse nas possíveis correntes do pensamento económico e político da época.

De resto, a crítica à forma como se estava a processar a expansão no Extremo Oriente era comum⁽⁵⁾ e, tratando-se de um ponto de capital importância para a economia do País, era natural que a sua discussão não tivesse deixado indiferente Luís Mendes de Vasconcellos.

Importa, porém, salientar, mais uma vez, que não se deve desgarrar esta discussão do contexto em que foi incluída pelo Autor.

(⁵) Veja-se, por exemplo, Diogo do Couto e os relatórios da História Trágico-Marítima, onde são apontadas as causas dos naufrágios e onde se diz, a certa altura, «mal antigo e conhecido, de todos chorado e de ninguém remediado».

III — CONCLUSÃO

Procurei cingir-me ao estudo dos objectivos do Autor e à interpretação global da obra. Há, no entanto, aspectos particulares que também poderiam ser útilmente comentados:

- o topográfico (fisionomia da cidade);
- o político-administrativo;
- o militar;
- e, nomeadamente, o económico (fontes abastecedoras da capital, mercados, protecção à agricultura, desenvolvimento do comércio marítimo, importação, mecanismo dos transportes, relações com a demografia, etc.).

Evidentemente que todos eles se estudariam em função do todo — que são os Diálogos —, e, particularmente no que se refere a estatísticas, com as reservas exigidas pelo seu carácter laudativo.

A minha tentativa de dar a cada problema o lugar que lhe competia dentro do conjunto visou contribuir para uma compreensão mais justa do pensamento de Luís Mendes de Vasconcellos e dos fins que se teria proposto ao escrever estes Diálogos.

Fevereiro 1969.

APÊNDICE

Bibliografia das obras respeitantes a Lisboa, publicadas na época a que pertencem os Diálogos

DAMIANI A. GOES, *Urbis Olisiponis Descriptio*, Impressa em Hispaniae Illustratae. Tomus II, pp. 871-889, Frankfurt, 1603. Tradução de Raul Machado: *Lisboa de Quinhentos*, 58 pp., Lx., 1937.

JOÃO BRANDÃO (DE BUARCOS), *Tratado da magestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2.^a metade do séc. XVI*. Lisboa, Ferin, 1924, publicada sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire. (É uma estatística de Lisboa de 1552).

L. ANDR. RESENDII eborensis, *De Antiquitatis Lusitaniae, Caeteraque Historica, quae extant* (1573). Foi feita uma edição em Frankfurt em 1603, in Hispaniae Illustratae. Tomus II, pp. 899-966. Consultei a edição de Coimbra, 1790, onde interessa o Tomo I, pp. 103-110 e a pág. 337 e seguintes.

CRISTÓVÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares, que ha na cidade de Lisboa*. Lx., 1755. A obra é do séc. XVI.

DUARTE NUNES DE LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.

Fr. NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620.

ANTÓNIO COELHO GASCO, *Primeira Parte das Antiguidades de mui nobre Cidade de Lisboa Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*. Escrita entre 1627 e 1633. Foi publicada em 1924 pela Biblioteca da Universidade de Coimbra.

(Bibliografia cotejada com a enumerada na obra de HERMAN LAUTENSACH, *Bibliografia Geográfica de Portugal*, ed. p/ Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 1948. Tem um capítulo exclusivamente dedicado a Lisboa).

LISTA DOS POETAS QUE CANTARAM LISBOA, na época a que pertencem os Diálogos:

Francisco Sá de Miranda (c. 1485 - 1558)
João de Barros (c. 1496 - 1570)
Cristóvão Falcão (c. 1512 - 1553)
Pedro de Andrade Caminha (c. 1520 - 1589)
Luís de Camões (1524 - 1580)
António Ferreira (1528 - 1569)
André Falcão de Resende (c. 1528 - 1598)
Jerónimo Corte-Real (c. 1530 - c. 1590)
Diogo Bernardes (c. 1530 - d. 1596)
Luís Pereira Brandão (c. 1540 - d. 1600)
Fernão Álvares do Oriente (c. 1540 - c. 1595)
Frei Agostinho da Cruz (c. 1540 - 1619)
Bento Teixeira (c. 1545 - d. 1600)
Gabriel Pereira de Castro (c. 1571 - 1632)
Vasco Mouzinho de Quebedo (c. 1575 - c. 1680)
Francisco Rodrigues Lobo (c. 1580 - 1622)
Manuel da Veiga Tagarro (c. 1585 - c. 1680)
Manuel Tomás (c. 1590 - 1665)

Brás Garcia de Mascarenhas (1596 - 1654)
Manuel de Galhegos (1597 - 1665)
Francisco de Sá de Menezes (c. 1600 - 1664)
António de Sousa Macedo (1606 - 1682)
D. Francisco Manuel de Melo (1608 - 1666)

Lista extraída do catálogo da
EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA
DE LISBOA E OS POETAS
(Palácio Galveias) — Edição da C. M. L., 1955.

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

• *Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20*

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

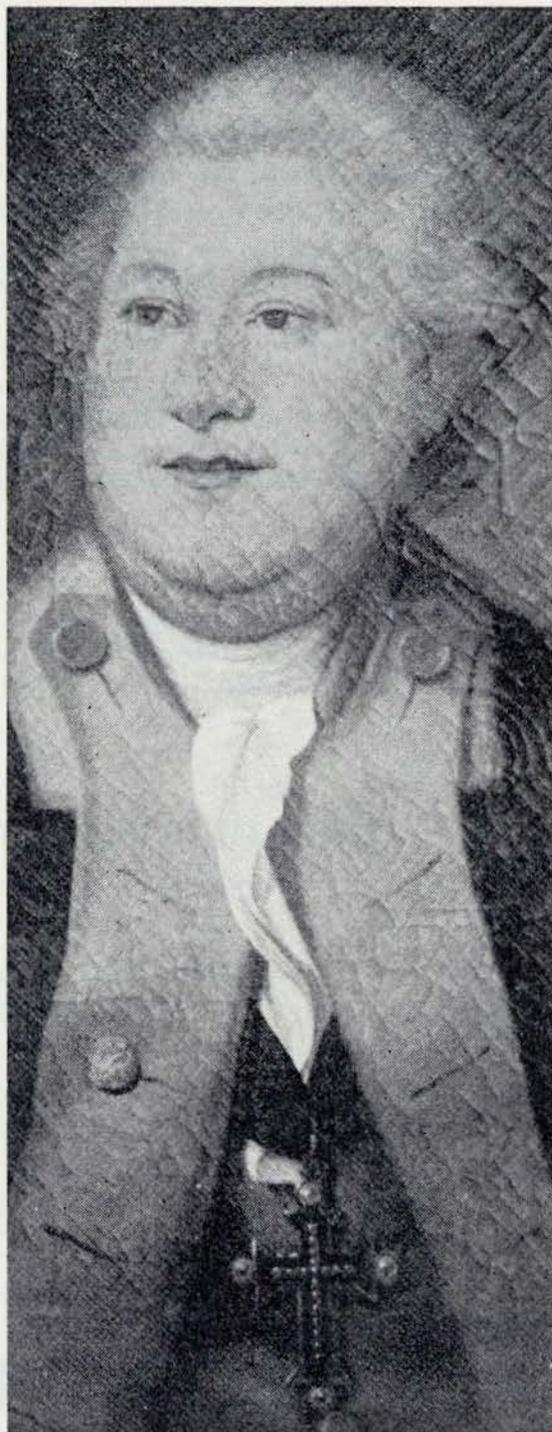
MANUEL DA MAIA

MARECHAL DE CAMPO

Pelo Major

CORREIA DE MATOS

Transcrito do n.º 416 de:
«Defesa Nacional»



No rol das celebridades votadas à gratidão pátria, particularmente à da urbe lisboeta, é de elementar justiça memorar, no ano do bicentenário do seu falecimento, a figura de Manuel da Maia, engenheiro militar que, pela categoria e vastidão das suas obras, foi

justamente considerado pelo escritor Cristóvão Aires, «a expressão superior do que era a nossa engenharia no seu tempo», cuja «imorredora obra ainda hoje se impõe à nossa admiração».

Bastará para tanto lembrar, entre os serviços importantes que ele prestou, quantos justificam a sua fama de reconstrutor de Lisboa, dado que, logo após o terramoto de 1755, lhe coube a ingente tarefa de fazer ressurgir dos escombros uma capital moderna e desafogada.

Alcançou essa coroa de glória não hesitando aceitar, já com 75 anos de idade e no posto de General, a chefia duma equipa encarregada de tão insano trabalho, composta por engenheiros de escol, militares como ele, entre outros o Coronel Carlos Mardel e o Capitão Eugénio dos Santos.

Aproveitando os ensinamentos colhidos nas suas digressões pela Europa, nomeadamente Londres e Paris, Manuel da Maia gizou o traçado do Terreiro do Paço, com as linhas do «Convent-Garden» londrino e criou o tipo pombalino das habitações da Baixa nos moldes italianos do seu tempo.

Antes, decorria 1718, já o grande engenheiro se distinguia no levantamento da planta de Lisboa, cujo exame denota apuro, exactidão e abundância de pormenores no desenho dos melhores edifícios.

D. João V, apreciando os seus méritos de topografo, recompensa-o, em 11 de Novembro desse ano, com a promoção a Coronel de Infantaria com exercício de engenheiro.

Vinte anos passados, contando quatro décadas de bons serviços, Manuel da Maia ainda se conservava no posto de coronel, preterido por outros engenheiros com trabalhos de menor valia. Então resolveu solicitar como mercê, conforme uso contemporâneo, a ascensão a Brigadeiro, obtendo esta almejada patente em Agosto de 1738.

Não se conclua, porém, desta atitude, ser Manuel da Maia um varão ambicioso pois, ao contrário, se muito ganhou, muito deu aos necessitados, num desprendimento total pelos bens materiais, generosidade que bastante nobilitou a sua origem plebeia.

Prova-o, talvez com fundamento romanceado, talvez obedecendo à verdade dos factos o cumprimento de dois votos que consta ter feito à Senhora do Pilar: um, de guardar castidade perpétua, outro de dar sempre aos pobres a terça de quanto possuísse. Ambos foram inteiramente observados, o primeiro porque sempre se manteve no celibato, o segundo, porque: — pagou anualmente o dote de cem mil réis a nove donzelas pobres; saíram do seu bolso as despesas feitas com médico, remédios e roupa lavada no Hospital dos Incuráveis; forneceu aos presos do Limoeiro,

mensalmente, um rosário de pães; socorreu a mendicidade e sobretudo a pobreza envergonhada não lhe faltando, em caso de doença, com tratamento e alimentação.

Deste modo, os vencimentos atribuídos a Manuel da Maia, alguns dobrados, tiveram filantrópico destino, além de premiarem um labor infatigável, merecedor de adequada recompensa.

Na verdade, durante seis anos ininterruptos, trabalhou no estudo, risco e direcção do Aqueduto das Águas Livres, construído de maneira tão sólida que resistiu ao violento terramoto de 1755, bem podendo ser considerado o «Monumento de Manuel da Maia». Além da carta topográfica de Lisboa, merecedora do louvor régio, como atrás referimos, levantou com iguais cuidados a do sítio de Buenos Aires e suas imediações, trabalho de valor e difícil pelas diferenças de nível existentes nessa zona; desenhou outras cartas geográficas e de interesse militar, sempre por sua mão, sem ajudantes, para garantirem maior confiança; coordenou índices de bibliotecas; assinalou meridianas e balizou estradas; informou-se dos métodos dos fundidores estrangeiros para os ensinar aos artífices portugueses; traduziu obras úteis das línguas latina, italiana, francesa e inglesa; estudou a canalização das águas para o convento de Mafra, juntando-lhe um apontamento explicativo dos trabalhos necessários e introduziu pela primeira vez em Portugal, um sistema de repuxos, talvez precursor do actual sifão.

Manuel da Maia começou a servir como engenheiro aos 18 anos de idade, reinando D. Pedro II e, três anos após, em 1701, foi incumbido de dirigir as fortificações de Lisboa, na iminência de um conflito com a Inglaterra, provocado pela sucessão de Espanha. A ele se ficou devendo o reforço da linha de fortes desde Santa Apolónia à ponta de S. Julião da Barra. Como quartel-mestre da corte, acompanhou à Beira o mesmo D. Pedro II e dirigiu superiormente as fortificações de Abrantes e Tancos, traçando as plantas dos paióis de munições e indicando os locais mais apropriados para a sua construção.

Participou do exército que sitiou Badajoz e fez edificar em 1708 os fortes que «seguravam» as pontes sobre o rio Guadiana, trabalho que lhe valeu, em 1710, a promoção a sargento-mor, apenas com trinta anos de idade, posto que hoje corresponde ao de major.

A Academia Real de Ciências menciona no seu catálogo de clássicos, duas traduções devidas a Manuel da Maia que, modestamente, as não assinou, uma de 1708 da autoria de António de Ville Tolozano consi-

derada muito útil para todos os oficiais de guerra e outra, de 1713, sobre métodos de fortificação usados na Europa, devida a Pfeffinger.

Manuel da Maia, humilde de berço, sendo até incertos os nomes dos pais e o local de nascimento, foi agraciado, embora contando já sessenta anos, com o foro de moço fidalgo da Casa Real. Cinco anos após, em 1745, confiam-lhe o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo e, septuagenário, em 4 de Novembro de 1750, termina a sua carreira militar, atingindo a mais alta dignidade da época, Sargento-mor de Batalha, equivalente a Marechal de Campo.

Era passada uma década no desempenho das funções de guarda-mor da Torre do Tombo, encontrando-se absorto na catalogação dos volumes arquivados, eis que acontece o violento terramoto de 1755. Então, enquanto o povo da capital, desorientado, fugia abandonando casas, parentes e riquezas, ele, refeito da surpresa do tremendo sismo, deixando a própria casa a arder sem lhe acudir, corre ao Castelo de S. Jorge, onde estavam as instalações do arquivo e, embora velho de setenta e cinco anos, ataca o incêndio com decisão, avançando entre línguas de chamas, num constante risco de vida que toca as raias do heroísmo, encoraja com o seu exemplo alguns empregados do arquivo e os voluntários presentes, manda-os com verdadeiro ânimo militar, acabando por salvar todo o recheio, um tesouro amontoado desde 1161 a 1696 na torre do Castelo. Provisoriamente os 82 902 documentos originais, reunidos em 526 maços, ficaram guardados numa barraca de madeira construída no mesmo local, até que dois anos após, transitaram para umas casas chamadas dos bispos, anexas do mosteiro de S. Bento.

Em reconhecimento dos distintíssimos serviços prestados pelo engenheiro Manuel da Maia, El-Rei D. José que, quando Príncipe das Beiras, o havia tido como professor de Matemática, decidiu em 1758, mediante proposta do Marquês de Pombal, nomeá-lo mestre de campo General e engenheiro-mor do Reino.

Aos oitenta e oito anos, sentindo-se na antecâmara do fim duma vida exaustiva de trabalho, doente e já sem forças para continuar nas funções de guarda-mor da Torre do Tombo, pediu para ser substituído. O desembargador José de Seabra da Silva nomeado em 3 de Setembro de 1768 para lhe suceder, foi empossado em 12 desse mês.

Cinco dias depois finava-se Manuel da Maia.

Tanta competência revelara no alto cargo de engenheiro-mor do reino que, para a vaga deixada em aberto por sua morte, não houve outro engenheiro português, nessa época, à altura de preenchê-la.

EVOCAÇÃO DA OBRA DE D. EMA ROMERO SANTOS FONSECA DA CÂMARA REYS

pelos Eng. JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

No final da minha intervenção na 63.^a Sessão dos *Colóquios Olisiponenses*, realizada em 30 de Janeiro — a que se faz referência no presente número —, pronunciei algumas palavras de homenagem à memória da distinta Escritora e notável Musicóloga D. Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reys, falecida em 23 de Agosto de 1968. Assim foi recordada a benemérita acção em prol da cultura olisiponense de quem, não sendo lisboeta de nascimento, desveladamente amou a Cidade onde decorreu a sua existência, consagrada ao culto da divina arte da Música e a extensa e muito original campanha de difusão artística, através da qual serviu com invulgar e desinteressado entusiasmo a alta cultura do nosso meio.

Em numerosos concertos, realizados durante muitos anos em sua casa, na Emissora Nacional e em outras estações de radiodifusão, em agremiações de finalidade educativa, etc., deu a conhecer a evolução mundial da música, pela actuação de solistas e de grupos de amadores e de profissionais — tudo organizado inteiramente pelo seu generoso esforço, excluída qualquer outra cooperação, exceptuada evidentemente a colaboração dos amadores e dos conferentes (muitos deles altas figuras do professorado, das letras, da musicologia...) que sempre iniciavam essas audições.

Toda esta notável acção de D. Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reys está amplamente documentada na preciosa colecção dos cinco grandes volumes da *Divulgação Musical*, de que constam os programas, textos integrais das conferências e críticas da Imprensa dos 134 primeiros concertos, obra de enorme importância para a história da música em Portugal e que atinge cerca de 3000 páginas.

Uma só nota patenteará o mérito desta iniciativa: terem sido consagradas 25 dessas audições a *Música do Renascimento* e haver-se ouvido, pela primeira vez nos nossos tempos (1938), parte importante da obra dos grandes contrapontistas nacionais, como Duarte Lobo, Fr. Manuel Cardoso, Diogo Dias Melgás, mestres da «Escola de Coimbra» e outros, que a insigne amadora escolheu, por espontâneo desejo, de entre os trechos do volume então publicado sobre *A Polifonia Clássica Portuguesa* (transcrições e estudo crítico de J. Ed. Santos, com prefácio do grande Poeta Afonso Lopes Vieira).

Não podia o Grupo «Amigos de Lisboa» esquecer o nome e a notabilíssima acção de quem tão eficientemente serviu a sua querida Cidade. Que estas palavras, resumo das proferidas no sobredito Colóquio, atestem o seu fundamentado reconhecimento!

BREVE PASSEIO POR LISBOA

de NARÍADE GALVÃO

FALAR de Lisboa não consiste em citar nomes de ruas, visitar montras ou admirar vestidos de mulher e adornos domiciliários.

Para falarmos de Lisboa temos de integrar-nos no Tempo, a fim de compreendermos o resultado das investigações em que a Ciência Arqueológica se empenha.

Assim, não podemos reportar-nos à fase primária de Lisboa sem nos determos, embora resumidamente, sobre o período pré-histórico de toda a Península Ibérica.

E deste modo, vemos que na Idade do Cobre, os iberos provindo de Warb ou Garb, região situada no extremo ocidental da Ásia, se instalaram na Península que, por esse facto, passou a usar o nome de Ibéria.

Vindos também do Oriente, tinham-se os celtas espalhado pela Britânia e pelas Gálias; e da sua fusão com os iberos, proveio como é natural o povo celtibero.

Do Egipto chegaram-se-nos os hicsos que atravessaram aquele que é hoje o Estreito de Gibraltar e, atraídos pela amenidade do clima, por aqui se deixaram ficar.

De Itália vieram os tirrenos. Já dentro da Idade do Ferro, mil e quinhentos anos antes da nossa era, aqui estavam instalados os gregos. E os fenícios, a quem se deve o baptismo da nossa Capital por Alísubo, também na Península encontraram fortes motivos de fixação.

Dividia-se o termo «*Alísubo*» em duas palavras de encantador significado e que, por si só, demonstram como era apreciada a região: *alis* = enseada e *ubbo* = amena, segundo o sábio Samuel Brochat.

E deste modo, de Alísubo ou enseada amena, passemos à ocupação romana depois de recordar o transitório período de ocupação cartaginesa comandada por Amílcar.

Roma, por intermédio de Scpião, derrota o Império Cartaginês e procede à ocupação de todas as peninsulares províncias, depois de ter combatido durante a resistência dos lusitanos a caminhar já para a sua qualidade de povo definido pela fusão do indígena nato com toda esta variedade de povos invasores.

Em consequência do domínio romano, passou Alísubo ao nome de Olísipo ou Olíssipo. Mas depressa os filhos de Rómulo e de Remo lhe deram a designação de Felicitas Júlia.

O que resta da cidade sob o imperialismo romano, jaz sepultado no local ainda hoje designado pelo nome de Baixa por estar esta zona situada no vale e junto à margem do rio.

Várias são as relíquias que no-lo provam. Por meio de uma desobstrução realizada no século XVII, na Rua de S. Mamede em frente à Sé Patriarcal, surgiram alguns vestígios de uma formosa construção romana: ruínas de um belo teatro fundado por Caio Heio Primo no ano 73.º depois de Cristo e dedicado ao Imperador Nero, segundo a inscrição gravada no proscénio. No mesmo local foram ainda encontradas duas estátuas de Sileno, feitas em mármore, das quais a melhor ficou no Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos.

Mais tarde, ao fazerem-se escavações nas Ruas da Prata e da Madalena, tornaram a descobrir-se ruínas do tempo dos romanos. Além de imensas lápidas funerárias, encontraram-se bastantes objectos de uso comum e de tocador tais como braceletes, colares e brincos, todos executados com primoroso requinte.

No local denominado Pedras Negras e entre as Rua de S. Mamede e Calçada do Correio Velho, appareceram ruínas de importantes estâncias termas, utilizadas pelos nobres da época. Foram localizados como sendo pertença da Família dos Cássios. Havia também outras consagradas a Esculápio e oferecidas ao Município, decerto para uso público.

Junto ao Limoeiro, encontraram-se também os alicerces do pedestal de uma estátua que se sabe ter sido erigida em honra da Imperatriz Sabina, esposa que foi do Imperador Adriano. Esta rainha foi uma das poucas excelsas damas que ocuparam o trono de Roma.

E, a fim de entrarmos na mais directa ascendente de Lisboa — Lisibona de seu nome — a mourisca Lisboa de mourisca proveniência, recordemos que, após a invasão árabe, a Península foi dividida em províncias.

Tínhamos, de entre outras, Alfaghar ao extremo sul de onde proveio o nosso Algarve. Havia também Alkassar e Belatha onde estava incluída

a nossa Olissipo. Nos seus arrabaldes erguiam-se o castelo mouro de Zindiras, a Sintra actual, e o Castelo de Almaaden que é hoje a Vila de Almada e onde existiam minas auríferas que mereceram ser descritas por Plínio — o Velho.

Da província denominada Belatha, fazia parte uma outra povoação importantíssima: a cidade Chantereyn, a nossa linda Santarém que se espreguiça à beira do Tejo e se remira no ondulado curso do Tejo.

Ao fim de pouco tempo do domínio mouro, da Olissipo, após quase três séculos de vida e de actividade góticas, pouco ou nada restava. Pouco tempo depois de ali se terem instalado, passaram os mouros a chamar-lhe Aschbounah o que veio a dar, em linguagem de lusitana gente, Lissibona.

Na sua garra de estrategas, os muçulmanos fortificaram a cidade com uma resistente muralha e fizeram do ponto mais alto o seu reduto, construindo o soberbo Castelo de S. Jorge.

O Tejo alongava-se até ao Rossio, ou mais acima ainda e as que são hoje Ruas de Santo Antão e de S. José, só muito mais tarde passaram a ser terras chamadas de «corredoura» ou seja: o campo destinado aos exercícios equestres. E no sítio onde ainda hoje está a capelinha de Nossa Senhora da Saúde, consta-nos irem dar os canos libertadores da dejeccção moirissa dos habitantes do populoso Bairro da Mouraria.

Lissibona, no tempo muçulmano, tornou-se famosa pelas suas abundantes águas termais. O culto religioso dividia-se entre a prática das religiões e credos islamicos.

Sem ter sido rica de mesquitas e minaretes como o foram Córdova, Granada e Sevilha, a nossa majestosa Sé Patriarcal testemunha ainda os tempos em que o culto de Cristo não imperava sobre o de Mafoma.

E como nesse tempo era costume construir-se a Alcáçova ou bairro de gente nobre, junto da maior mesquita existente, aí a tivemos também nas proximidades da Sé. Para a alcáçova se entrava por uma alfofa a servir de pátio de recepção. Foi esta mesma «alfofa» que veio a dar o nome à nossa Alfama, a preciosíssima relíquia conservada tão amorosamente até aos nossos dias e da qual falaremos não menos amorosamente em uma outra ocasião.

Depois do nosso passeio através da história de outras eras, compete-nos recordar certo moço fidalgo destemido que, descendendo do seu condado de Portus Cale, até aqui chegou a pratidar o enorme feito da conquista, e a fidelíssima prática da necessária cristianização.

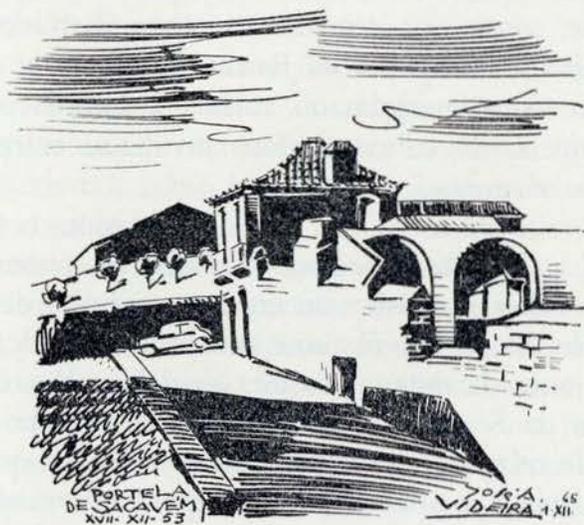
Fortalecido pela sua união com a Itália, mediante o seu enlace com a princesa Dona Mafalda de Saboya e Maurienna, Afonso Henriques — o

terrível Ibn-Errick — tornou sua a Chantereyn, a dar já então pelo nome de Santa Herena em memória da mártir princesa Santa Iria. Essa cidade rica e poderosa parecia inexpugnável. Vencê-la foi o primeiro passo para a coragem e a ambição de quem nascera com o destino de formar um reino.

Quatro meses foram o suficiente para vencer um povo forte e quase indomável. Mas Ibn-Errick seria para sempre recordado como um guerreiro mais forte e mais invencível ainda.

Ibn-Errick seria para todo o sempre o titular desta cidade grandiosa e bela que, numa hora de verdadeira inspiração, ele ofertou a S. Vicente sob a tutela maior da Imaculada Virgem Maria.

E, muito simplesmente assim, Afonso Henriques, fez nascer esta menina bonita que usa o nome de LISBOA.



POESIA OLISIPONENSE

UM AMIGO DE LISBOA

Nasci na Rua da Palma
À beira da Mouraria,
Dela sinto a nostalgia
Que encaminhou minha alma.
Na Igreja do Socorro
Casei, e fui baptizado,
Toquei e cantei o Fado,
Essa canção que se adora
E, aos pés de Nossa Senhora,
Fui feliz pela virtude
De lhe ir pedir saúde,
P'ra vingar p'la vida fora.

Para as terras da Rotunda
Quando saía da escola
Eu ia jogar a bola!
Cresci a amar Lisboa
Das colinas e do Tejo,
Mocidade que revejo
E me enche de Saudade,
Pois apesar da idade
E de já ter viajado
Eu continuo encantado
P'la nossa querida cidade
Onde o Sol é uma verdade
E seus bairros são poesia.
Nela a tristeza, a alegria,
Vivem no Fado ou Toiradas ...

Como as moiras encantadas,
Tem o mito, a sedução
De falar ao coração
De quem a vem visitar...
Todos saiem a lembrar
Que foi daqui que partiu
Toda a coragem, a aventura
Que mais parecia loucura,
Mas que deu Mundos ao Mundo
Mostrando saber profundo
Na arte de navegar...

LISBOA!

Toda a tua tradição,
Fala ao nosso coração
E, o Amor por ti, é tanto
(E Deus me faça a vontade),
Que ao morrer tenha o encanto
De ser na Minha Cidade.

Nessa vida que se encerra
Minha Alma possa sentir,
Teu Sol aquecendo a terra
Que meu corpo há-de cobrir...

Maió 1969

ALBERTO CARLOS PORTELA

RELATÓRIO

DA

JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1968

Ex.^{mos} Consócios:

Mais um ano há que apresentar a V. Ex.^{as} o relatório sumário da actividade do ano findo. O relatório circunstanciado será apresentado no ano próximo, ano em que, por disposição estatutária, têm que ser remodelados os corpos sociais. Urge fazê-lo, pela necessidade de renovar os elencos e introduzir normas novas na administração e nos processos.

Mercê da nunca desmentida generosidade e simpatia carinhosa do nosso sócio honorário Senhor General França Borges, digníssimo Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, foi possível ao Grupo modificar as instalações utilitárias para a sua tarefa cultural. Assim estão em curso, para breve inauguração, vitrines-armários para exposições e acomodação de livros da nossa Biblioteca, sempre em crescimento, e uma máquina de projecções para ilustração das conferências e colóquios. Isso conseguiu-se devido a um subsídio extraordinário que o referido senhor nos concedeu, além do que de há anos nos vem concedendo.

Detalhadamente vêm referidos no nosso balancete.

Antes de mais, é de referir e propor o agradecimento especial a que o Senhor Presidente da Câmara tem jus, além daquele que os nossos Corpos Gerentes já lhe tributaram em visita especial, a propósito do assunto.

Este ano, temos estado privados do convívio do Presidente da Junta Directiva por motivo de doença pertinaz de que todos muito desejamos melhora.

Os Balanço e Conta de Resultados elucidam V. Ex.^{as} sobre o nosso movimento nesse sector; sendo de especificar que o saldo da gerência é de 2658\$27 e que a rubrica Realizações Culturais deu um saldo positivo de 9130\$00.

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Móveis e Utensílios	31 064\$00	
Consignação da Feira do Livro		128\$00
Emblemas	136\$00	
Biblioteca	12 026\$82	
Devedores e Credores c/ Consignação	10 847\$60	85 615\$78
Devedores e Credores	217 331\$90	58 647\$64
Caixa	6 904\$50	
«Olisipo»	15 250\$50	
Consignações de c/ Alheia	85 613\$66	
Edições	3 608\$64	
Valores à Cobrança	494\$30	
Consignações de c/ Própria		10 855\$60
Subsídios da C. M. L.:		
Valores a aplicar na compra de material para realizações culturais e Índice do «Olisipo»		190 000\$00
Fundo variável		35 372\$63
Resultado do Exercício		2 658\$27
	383 277\$92	383 277\$92

Conta dos Resultados do Exercício de 1968

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Emblemas		33\$60
Contribuições	708\$00	
Receitas Diversas		760\$70
Realizações Culturais		9 130\$00
«Olisipo»	40 190\$90	
Consignações de c/ Alheia		12 005\$42
Edições		483\$10
Gastos Gerais	97 170\$65	
Quotas		117 110\$00
Jóias		1 065\$00
Cartões de Identidade		140\$00
Resultado do Exercício	2 658\$27	
	140 727\$82	140 727\$82

Durante o ano de 1968 foi o seguinte o movimento de sócios:

Existiam em 31/12/1967	Efectivos	945	
	Honorários	2	947
Faleceram em 1968		24	
Foram demitidos		33	57
Foram readmitidos		5	890
» admitidos em 1968		41	46
Ficam existindo em 31/12/1968			936

Faleceram durante 1968: os seguintes sócios: números:

- 271 — José Jacinto Junior
- 404 — Eng.º Sebastião J. Horta Costa Henriques
- 423 — Albano Pimenta Araujo
- 444 — Dr. Caetano Beirão
- 465 — Dr. António Assis de Brito
- 745 — Dr. António P. Pinto Basto
- 809 — José dos Santos Pacheco
- 867 — António da Costa Ivo
- 1065 — Lopo Lauer
- 1157 — António Lima Junior
- 1182 — Henry Soulice
- 1290 — Dr. João Couto
- 2082 — D. Maria Cabedo Cardoso
- 2126 — José de Jesus da Fonseca Machado
- 2265 — Francisco de Almeida Ribeiro Gonçalves
- 2305 — Dr. Augusto Daniel Carreira
- 2446 — Álvaro H. Gomes da Silva
- 2465 — Albano Leite
- 2566 — Raul Eduardo da S. Couto
- 2737 — Luís F. Mário Viegas

2838 — D. Rachel Mouflard Hansson

2886 — Tenente João Moreira

3051 — Manuel José Rodrigues

3336 — Capitão Manuel Benjamim Rodrigues Coelho

Para todos vai uma palavra de saudade sobretudo para aqueles que há mais tempo nos acompanhavam na ingente tarefa de manter vivo o fogo sagrado que presidiu à fundação desta nossa colectividade. Recordemos porém que o Dr. António Pinto Basto foi vereador da nossa Câmara Municipal, o Dr. João Couto fez parte dos nossos Corpos Gerentes, D. Maria Cabedo Cardoso que connosco colaborou em várias realizações culturais; e chegam-nos por vezes solicitações simpáticas que temos deferido, como sejam descendentes de sócios falecidos que manifestam desejo de ocuparem o lugar dos seus antepassados. Isso tem acontecido quase todos os anos.

Outras pessoas há que continuam pagando as cotas em nome do parente falecido. Agora surge-nos um caso semelhante com a família do nosso falecido consócio Dr. Eduardo Carlos Camesuli Ferreira de Oliveira cujo genro, o falecido engenheiro agrónomo Luís Quartin Graça, continuou sempre a pagar a sua quota. Falecido agora, o filho, Sr. Mário Quartin Graça, pede-nos para se inscrever como nosso sócio, porquanto desde tenra idade acompanha as nossas actividades.

A Direcção resolveu agradecer este interesse e admiti-lo no lugar de seu avô há muito falecido.

O movimento de officios expedidos pela secretaria atinge cerca de 300. A nossa Biblioteca, Arquivo e Museu foram enriquecidos durante o ano findo com três grossos volumes da autoria do nosso consócio o Académico Ex.^{mo} Sr. Dr. Braga Paixão sobre a história do Banco Nacional Ultramarino, uma medalha de bronze oferta da Ex.^{ma} Administração da nossa consócia Companhia das Águas de Lisboa. Duas bandeiras nacionais oferta da nossa consócia Ex.^m, Sr.^a D. Assunção Gonçalves dos Santos. Passámos a permutar o nosso OLISIPO com o Boletim da nossa congénere «Amigos de Luanda» em cujo primeiro número, por amável solicitação, se publicaram palavras e autógrafos do nosso Vice-Presidente e do nosso Secretário Geral. A Direcção fez-se representar, sempre que possível, nas manifestações culturais, da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa e bem assim em

outras para que foi convidado. Recorda-nos a inauguração da 38.^a Feira do Livro, cuja instalação do Grémio dos Editores e Livreiros foi, a pedido deste, decorada bíblico e iconogràficamente com objectos por nós cedidos. Também nos representámos na Exposição de pintura da nossa consócia D. Berta Borges; na sessão inaugural da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, na exposição Comemorativa do 30.^o aniversário das edições «Ocidente». Nas conferências comemorativas do bi-centenário da inauguração da Real Ermida de Nossa Senhora de Monserrate, às Amoreiras, proferidas pelos Ex.^{mos} Srs. Hugo Raposo e Capitão Ivo Cerqueira, na recepção ao poeta Vinicius de Moraes na Sociedade dos Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, etc.

É de acentuar que nas nossas comparências às várias manifestações culturais da cidade, os representantes do Grupo ouvem sempre palavras de incitamento e apreço. Aquando da Exposição Comemorativa do Aniversário do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, os delegados do Grupo, por gentil amabilidade de Sua Ex.^a o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foram apresentados especialmente a Sua Eminência que espontâneamente manifestou o interesse, apreço e seguro conhecimento da obra realizada pelos Amigos de Lisboa, a ponto de dizer que ao Grupo deve ele o conhecimento da Cidade pela nossa tarefa de mostrarmos Lisboa aos lisboetas, lamentando-se de não poder ser um dos acompanhantes das nossas actividades.

O Director Secretário Geral em palavras de agradecimento que então proferiu regozijou-se com o facto dos termos em que Sua Eminência referiu a nossa actividade serem idênticos aos que há anos, e repetidas vezes, tem proferido sobre o assunto. Parece pois que não tem sido inglória a actividade dispendida nos 32 anos de existência do nosso Grupo.

São devidos agradecimentos a todos os que nos têm auxiliado nas nossas actividades e bem assim à digna Comissão de Contas, à Imprensa e Emissoras de Rádio e Televisão, que sempre dedicadamente nos tem acompanhado.

O pessoal cumpriu como de hábito.

Propomos pois:

- a) Voto de sentimento pelos sócios falecidos;
- b) Rendido agradecimento à Presidência da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pelos subsídios com que nos tem favorecido;

- c) Agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão;
- d) Agradecimento ao Senhor Secretário da Comissão de Contas pela gentileza de continuar a orientar os nossos serviços de contabilidade.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1968.

A JUNTA DIRECTIVA

O VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

O DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL E RELATOR

Doct. Med. Eduardo Augusto da Silva Neves

O DIRECTOR SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Fernando Dias Pereira

O DIRECTOR-TESOUREIRO

Hugo Raposo

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr. Alberto Gomes

Dr. José Pedro Machado

Dr. Paulo Caratão Soromenho

P A R E C E R
D A
C O M I S S Ã O D E C O N T A S

relativo ao exercício de 1968

Ex.^{mos} Consócios:

No apuramento dos resultados do exercício findo, a situação do Grupo é um tanto mais animadora que no ano anterior.

É certo que o número de sócios ainda diminuiu em 11, com a correspondente diminuição da quotização. Todavia as realizações culturais deram um saldo apreciável, que bastante auxiliou o equilíbrio das contas, com um saldo positivo de 2 658\$27.

A Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa manteve o generoso subsídio de 40 000\$00, que muito auxilia a acção que o Grupo desenvolve e, por tal, todos os louvores lhe são devidos. Para mais, ainda concedeu um subsídio extraordinário.

Assim, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propôr que aproveis o seguinte:

Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo relatório; e

Voto de louvor à Junta Directiva, pela dedicação com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 11 de Janeiro de 1969.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Coronel Aníbal Afra Nozes

O SECRETÁRIO

Hygino Nunes da Silva

O RELATOR

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

ACTIVIDADE CULTURAL

do primeiro semestre de 1969

Depois de em Dezembro de 1968 os «Amigos de Lisboa» terem visitado a Igreja do Menino Deus, edifício que data de 1711, e que actualmente alberga um Centro Social com 22 raparigas operárias sob a direcção das Irmãs de São José de Cluny, e onde foram recebidos pela Madre Maria José e acompanhados pelo Director Secretário-Geral, Vice-Presidente e Tesoureiro da Junta Directiva, encerrou-se a actividade cultural do ano de 1968.

Em 1969, a nossa actividade cultural começou a 26 de Janeiro por uma visita de estudo às Igrejas de Alfama, dirigida pelo Director Sr. Dr. Paulo Soromenho. Foram visitadas as Igrejas de São Miguel, Santo Estêvão e S. Brás (ou de Santa Luzia, como é mais conhecida) e a Capela do Espírito Santo na Rua dos Remédios, com larga concorrência de visitantes que depois se distribuíram pelo bairro.

Na quinta-feira 30, realizou-se na sede a 63.^a sessão de Colóquios Olisiponenses, em que foram abordados vários assuntos referentes às urgentes reparações dos templos de Alfama, apontadas pelo Dr. Caratão Soromenho e resolvido representar às instâncias competentes sobre esses reparos e ainda acerca de obras ultimamente realizadas nalguns templos da Capital.

Em 31, realizou-se na sede a reunião da Assembleia Geral Ordinária que discutiu e aprovou os Relatórios da Junta Directiva e da Comissão de Contas.

A 13 de Março foi inaugurada na sede uma exposição de «Louças, Vidros e Cristais Antigos» da colecção do Director Secretário-

-Geral. À inauguração assistiram numerosas pessoas entre elas o Senhor Conde da Azinhaga, em representação do Presidente da Junta Distrital de Lisboa, e delegados da Academia Portuguesa Ex-Líbris, etc.

Então o expositor disse:

Nos três lustros em que tenho orientado o nosso Grupo procurei mostrar aos «Amigos» as entidades que servem Lisboa — G. N. R. — a Polícia — os Bombeiros, etc., trazendo até às nossas salas alguns dos seus comandantes e iniciei o propósito de expor aqui algumas colecções de lisboetas.

Para dar o exemplo — resultou porque alguns já o fizeram — trouxe-vos também já os meus jornais, os meus registos de santos, as minhas bengalas, as minhas colchas e hoje trago-vos algumas das minhas louças, vidros e cristais antigos.

São algumas peças pouco vulgares, algumas raras e sobretudo chávénas. Não trouxe, como é óbvio, todas, só um ou dois exemplares de cada conjunto, pois algumas são dúzia ou meia dúzia ou par.

Está exposto até um prato de louça inglesa pertencente a um serviço de jantar para 36 pessoas e que tem todos os seus pertences.

Para Vossas Excelências que sejam conhecedores nada direi, mesmo porque pouco sei, tenho sido mais um colector que um coleccionador especializado. Para os menos versados peço licença para chamar a atenção para uma terrina oriental — que antigamente se chamava prato de capacete — azul pálido e dourada; posso até contar sobre ela uma feméride verídica e curiosa.

Esteve muitos anos na nossa casa da Quinta da Eira em Ferreira do Zêzere, onde é velho costume realizar-se um almoço campestre na segunda-feira do Espírito Santo, aquando da romaria da sede do concelho a Dornes, pelo Círio de N. S. do Pranto. Essa romaria ainda hoje perdura e é de hábito o almoço fazer-se no âmbito da quinta, mas no campo; a romaria é em Maio. O transporte antigamente fazia-se em carros de parelha e a cavalo e todos os paramentos e alfaias religiosas que serviam na cerimónia em Dornes eram pertença da Irmandade de Ferreira do Zêzere. Alfredo Keil, o poeta dos «Tojos e Rosmaninhos» onde refere a lenda de N. S. do Pranto, ia fazer as suas estadias artísticas nas cercanias e incorporou-se, por vezes, na romaria, aproveitando para fazer pitorescos desenhos no seu livro e no seu álbum.

Era dona da Casa da Eira, nessa época, a esposa do Juiz de Ferreira, filha dos Barões de Bertelinho e tia de minha falecida mulher e, que tempos, que usos... era hábito, no intervalo do repasto os convidados irem cumprimentar os donos da casa. Alfredo Keil com a família e outras pessoas isso fez. Um pouco atrasada chegou uma filha, então menina, a nossa falecida consócia D. Guida Keil, e, como menina educada, que era, foi quando entrou cumprimentar a dona da casa e sentou-se numa das cadeiras da sala. O pai chamou-a e disse-lhe: «como educação fizeste mas como possuidora de cultura artística esqueceste-te de admirar de perto aquela terrina que está sobre o piano entre os dois cães de Fó — que também vos trouxe — peça que com dificuldade verás em qualquer outra parte».

Recordou-me isto Guida Keil, quando uma vez foi a minha casa.



Terrina da Companhia das Indias

Entre as peças de vidro há uma que será talvez de fabrico francês, se não for das primitivas obras em vidro da Fábrica de Vista Alegre; dois copos triangulares com insígnias maçónicas de que também trouxe um prato de louça inglesa. Têm V. Ex.^{as} aqui louças



*Prato inglês com legenda e decoração maçónica,
de 22 cm de diâmetro*

orientais, Davenport, Limoges, Vista Alegre (uma peça até datada de 1895), Sacavém antigo e Alcântara. Veio também um serviço de quarto que tem todos os pertences, até uma peça que é costume usar nos quartos mas que tem tampa.

Uma casa de medicamentos está distribuindo pelos médicos uns cromos com objectos desses com o título faceto — como antigamente se fazia — dizeres que aludem à função do objecto e ao medicamento reclamado.

Em louça até vos trouxe, não fosse eu numismata, moedas de Sião, o pataco das Caldas do Bordalo e senhas para trocos feitas em Vila Nova de Gaia aquando das guerras mundiais.



Algumas das chávenas expostas

É pouco — eu sei, talvez nem tudo muito bom mas para comemorar os nossos 33 anos, quase velhice para uma Instituição, julguei curioso trazer-vos velharias que pejam os meus armários e vitrines.

O dono nasceu em 1895, há, pois, que tolerar-lhe as manias e suportar-lhe com indulgência as iniciativas.

Sou também já uma peça única algo vetusta.

Os meus cumprimentos e agradecimentos.

Esta exposição incluiu mais de 200 peças de louças, vidros e cristais, alguns de vetusta antiguidade sobressaindo as louças das fábricas lisboetas de Alcântara e Battistini, das fábricas portuguesas de Sacavém e Vista Alegre, das estrangeiras de Sévres, Limoges, Davenport e nas orientais China, Japão, desde os exemplares da época de Ming e da Companhia das Índias. Na colecção de chávenas, cerca de 200, havia um curioso exemplar quadrado de Limoges e algumas da Vista

Alegre datadas de 1895, figurava uma chávena oriental com o brasão dos Mesquitelas que pertenceu ao primeiro ministro da instrução Dom António da Costa. Eram de observar moedas em porcelana de Sião e de Vila Nova de Gaia, e um pataco em barro das Caldas da autoria de Bordalo Pinheiro. Entre os vidros e cristais havia copeteiras, garrafas e copos de cristal antigo e da Vista Alegre.

Na exposição exhibiam-se três copos triangulares com insígnias maçónicas em lapidado e um prato inglês tendo, a cores, os mesmos attributos. Publicam-se algumas gravuras de objectos expostos. A exposição esteve aberta até fim de Maio e trouxe à nossa sede mais de quinhentas pessoas.

Na quinta-feira, 20, às 22 horas, realizou-se na sede uma conferência sobre «O Lisboa Gago Coutinho, Marinheiro, Aviador e Geógrafo». Foi conferente o senhor Capitão-de-Fragata Henrique Silva Horta. Esta conferência foi comemorativa e de homenagem ao nosso falecido consócio Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, na data da ocorrência do centenário do seu nascimento e a ela presidiu o Senhor General França Borges, ilustre Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa. A conferência vem publicada neste número.

No domingo 30 realizou-se uma visita de estudo à Igreja de S. Francisco de Paula às Janelas Verdes. Dirigiu a visita o Reverendo Padre Pedro Rocha e Melo S. J. que deu notícia histórica do edificio.

Em 13 de Abril realizou-se mais um Circuito Periférico de Lisboa, o VII, dirigido pelo Director Tesoureiro Sr. Hugo Raposo, que acompanhou os visitantes, em três autocarros que percorreram as novas zonas urbanizadas de Olivais Sul, Calhariz de Benfica e Parque Florestal de Monsanto.

Na quinta-feira, 24 de Abril, na sede o Vice-Presidente da Junta Directiva, Eng.^o Júlio Eduardo dos Santos dissertou sobre «A Oratória Sagrada Lisboaeta dos séculos XVII e XVIII» (a propósito do tricentenário do nascimento do Padre Manuel Consciência). A conferência foi ilustrada com a leitura de páginas da época, pelo Sr. João Perry Vidal. Presidiu o director secretário-geral, Doutor Eduardo Neves, que fez a apresentação do conferente e do ilustrador. Em súpula se publica um excepto das palavras proferidas.

Iniciou o conferente as suas considerações por salientar quanto proveitosas são as evocações de personalidades e factos, a propósito de datas centenárias. Essas comemorações distinguem-se por serem fontes de ensinamentos, sobretudo se se tiver em consideração que

elas não impedem a apologia, como incitamento ou simples registo, do que no presente vem marcado pela originalidade.

Muitos dos oradores que ilustraram o século XVII nasceram no anterior, de forma que o período considerado na conferência abrange três séculos. Notou que muito há a estudar na eloquência desse tempo, sendo de lamentar que ronheçamos melhor a bibliografia dos seus autores do que, na íntegra, as suas produções. Só alguns oradores mereceram desenvolvidos estudos, como Manuel Bernardes e António Vieira, este sobretudo. Analisado o quadro da história e da crítica literária concernentes ao período considerado, deteve-se o orador na apreciação do ms. 362 da Biblioteca Nacional de Lisboa, que pode servir de orientação a frutuosas pesquisas no objectivo de esclarecimento da oratória do tempo.



*A Mesa da conferência do Sr. Eng.º Júlio
Eduardo dos Santos*

O P.º Manuel Consciência deixou vasta bibliografia, não referente apenas ao ministério do púlpito. O seu labor tem sido objecto de elogio, encontrando-se o seu nome mencionado em estudos de notáveis mestres contemporâneos, entre os quais Teófilo Braga, Jacinto do Prado Coelho e sobretudo Solidónio Leite, que o incluiu entre os *Clássicos Esquecidos* no notável volume deste título publicado no Rio de Janeiro em 1914. As reservas feitas por Inocêncio a Manuel Consciência não se justificam, a não ser por deficiente conhecimento da obra do notável religioso lisboeta. Com razão, disse o escritor brasileiro citado que, quanto mais lia tal obra, mais se convencia de que Inocêncio não fizera justiça ao autor, tendo

mesmo insinuado que a sua prosa ora tem a suavidade dos escritos de Fr. Manuel da Esperança (grande prosador e outro dos «clássicos esquecidos»), ora a viveza que transluz nos de Vieira.

O conferente leu seguidamente a versão devida ao P.^o Consciência de um interessante conto tradicional português — *A Ingratidão dos Filhos* — e apresentou excertos da crítica modaz do mesmo autor à sociedade do seu tempo, com passos que lembram a prosa e os juízos do grande D. Francisco Manuel de Melo. Os religiosos e os leigos e particularmente os pregadores receberam profundos golpes da imparcialidade e desassombro deste notável orador lisboeta; mas, na narração de factos históricos, é sempre manifesto o seu escrúpulo e elegante a sua prosa.



O Sr. João Perry Vidal, ilustrador da conferência «A Oratória Sagrada Lisboeta dos Séculos XVII e XVIII»

O senhor João Perry Vidal apresentou então um excerto do Sermão da 1.^a Domingo do Advento, belíssima página que lembra as de Vieira; e posteriormente, ilustrando a sequência da conferência, fez-se ouvir num trecho de Manuel Bernardes e em outro extraído do empolgante sermão em honra de Santo António de Lisboa, pregado em Roma pelo P.^o António Vieira.

O Sr. Eng.^o Júlio Eduardo dos Santos lembrou, a propósito da apresentação de antigos trechos literários em várias conferências e serões culturais promovidos pelos *Amigos de*

Lisboa, a importância dessa divulgação. Para muitos autores esquecidos tem chegado assim o momento de vencerem a morte, pois que «escrever é projectar-se além da Vida», como disse nos *Poemas Imperfeitos* o ilustre prosador, dramaturgo e poeta Senhor Joaquim Paço de Arcos. O conferente acentuou impor-se uma homenagem a este eminente sócio do grupo «Amigos de Lisboa», que da nossa querida cidade tão belamente se tem ocupado na sua vasta obra de romancista. Que estas palavras sejam o preâmbulo de tal consagração — frisou ao concluir.

O Senhor João Perry Vidal disse ainda, de forma superior, a pedido da Junta Directiva do Grupo, a patriótica e empolgante *Prece a Santo António*, da autoria de Afonso Lopes Vieira, escrita durante a Primeira Grande Guerra Mundial, longamente aplaudida pela numerosa assistência como os restantes trechos apresentados pelo declamador.

Em Maio, a 25, foi visitado o Cinema Vox, ao Areeiro, que reuniu grande número de associados que muito apreciaram esta nova sala de espectáculos.

Foram recebidos pelo gerente Sr. Juvenal dos Santos e assistiram a um documentário sobre Lisboa.



*Acto inaugural da exposição camoneana de iniciativa do Senhor Comodoro
Alfredo Motta*

Em 8 de Junho, cerca de duas centenas de associados visitaram, em autocarros, as Grutas da Serra de Santo António, tendo estado também em Santarém e Caldas da Rainha e almoçado em Alfeizerão.

Em 10, depois dos Corpos Gerentes terem acompanhado o Sr. Presidente da Câmara na homenagem ao Monumento de Camões, foi inaugurada na sede, sob a presidência do mesmo Senhor, uma Exposição Camoneana, — livros, medalhas, estampas, ex-libris, etc. — da colecção do consócio Senhor Comodoro Alfredo Motta, sócio dos Arqueólogos Portugueses e antigo Director da Biblioteca Central de Marinha. A Exposição foi visitada por grande número de sócios que muito apreciaram os objectos expostos.

Para encerrar a actividade do semestre e as comemorações do 33.º aniversário da Fundação do Grupo, realizou-se em 19 de Junho uma conferência intitulada «Os Grandes da Fundação». Foi orador o Director Secretário-Geral que aludiu ao facto de da Comissão Organizadora do Grupo em Fevereiro de 1936, só existirem actualmente o primeiro Secretário-Geral Sr. Luís Pastor de Macedo e o actual que sobre o assunto falou. Forçado a ser ele, também sócio fundador, a ocupar-se do assunto, por ninguém se ter inscrito para o efeito, relembra que dos cem primeiros inscritos a que os Estatutos atribuíram por ordem alfabética dos seus nomes o título de Fundadores só restam 15 em pleno exercício nas actividades do Grupo. A despeito das suas diferentes categorias sociais e serviços prestados são todos iguais perante nós. Entre os desaparecidos, porém, há alguns que merecem uma referência especial e um deles foi o fundador antigo Presidente da Junta Directiva e mais tarde nosso sócio honorário, de que, no ano corrente, passa o centenário do nascimento: o lisboeta Engenheiro Augusto Vieira da Silva que morreu coronel do Corpo de Engenheiros Militares e que depois de Júlio de Castilho foi e é ainda, seguramente, o maior, o mais probo e o mais proficiente dos escritores lisiponenses

Lembrou ainda: o jornalista Abel Moutinho com actividade no «Diário de Notícias» e pai do actual locutor da Emissora Nacional que usa o mesmo nome — foi a quem se atribuiu o número um a despeito de ser José embora todos o conhecessem por Abel. Em resumo rápido anotemos que foram nossos sócios fundadores os lisboetas Actriz Adeline Abranches, os dois irmãos Mac-Bride médicos, filhos de médico já, o Dr. Gregório Fernandes, apaixonados por Lisboa e sua história, de que o mais velho Alberto, foi o principal colaborador da monografia

por nós editada em 1938 sobre a urbanização de Lisboa que foi a precursora dos estudos sobre o Plano Director da Cidade; o Dr. Álvaro Maia, advogado, ferrenho integralista, o conhecido jornalista António Ferro e o nosso antigo Presidente Professor Doutor Augusto Pires Celestino da Costa.

Não lisboetas, mas apaixonados olisiponenses eram o Eng.º Agrónomo Álvaro da Rocha Cabral, o Architecto António Couto, colaborador das nossas visitas culturais à Sé, Menino Deus, Estrela e Santa Engrácia; o poeta e pintor António Pedro, o jornalista Aprígio Mafra, o Professor e antigo Director do «Diário de Notícias» Caetano Beirão da Veiga, o Engenheiro Carlos Santos, o actor e empresário, nosso colaborador, Erico Braga, o Engenheiro Francisco Mendia, o Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, que morreu Director da Biblioteca da Ajuda e foi nosso colaborador desde os primeiros números do OLISIPO, o caricaturista Francisco Valença, antigo editor deste Boletim, o antigo Vice-Presidente da Junta Directiva Jornalista Gustavo de Matos Sequeira, o antigo Director do Arquivo Histórico Militar Coronel de Artilharia Henrique de Campos Ferreira Lima, o Engenheiro-Auxiliar Jesuíno Ganhado, um dos dirigentes da demolição do Passeio Público, o Dr. João Carlos Simões Alves médico, aparentado com o Architecto Manuel da Maia, em casa de quem esteve muitos anos a mesa onde Manuel da Maia trabalhava e que foi legada ao Museu da Cidade onde está; João Pinto de Carvalho — Tinop, o grande cronista de Lisboa, cujas memórias o Grupo editou, João da Silva notável escultor e medalhista, Joaquim Leitão, escritor, antigo Director-Geral da Assembleia Nacional, Joaquim Roque da Fonseca, o conhecido Director da Associação Comercial de Lisboa, o notável artista e pintor Jorge Colaço que foi casado com a poetisa Branca da Gonta Colaço, filha de Tomaz Ribeiro, e autor da placa toponímica em azulejo que a Sociedade Propaganda de Portugal mandou colocar no Largo que tem o nome de Mendonça e Costa seu fundador, o Dr. José de Athayde antigo secretário do Serviço de Turismo do Ministério do Interior, o Conselheiro José Fernando de Sousa, fundador e director do Jornal «A Voz»; José Artur Bârcia o apaixonado olisipógrafo colaborador e amigo do 2.º Visconde de Castilho, o crítico de arte e Director do Museu de Arte Antiga Dr. José de Figueiredo, o nosso colaborador e antigo Director José Leitão de Barros, jornalista, cineasta, autor de várias e notáveis realizações olisiponenses, o musicólogo e crítico de arte Mário de Sampayo Ribeiro, também nosso antigo colaborador e

membro dos Corpos Gerentes; o diplomata e escritor Marquês de Faria, o Dr. Miguel Trancoso, testamenteiro de Júlio de Castilho, o consagrado jornalista e nosso colaborador Norberto de Araújo, o jornalista Pedro Bordalo Pinheiro, o artista plástico Stuart Carvalhais, o apaixonado lisboeta, antigo membro dos nossos Corpos Gerentes, Teodoro Lopes Ramos; os jornalistas Rocha Martins, Urbano Rodrigues, Armando Boaventura e Eduardo Schwalbach, escritor e antigo Director do «Diário de Notícias»; o médico Dr. Carlos da Silva, o farmacêutico, bibliófilo e numismata Jorge Pereira da Gama, o coronel e escritor José Sardinha Pereira Coelho, antigo vereador da Câmara Municipal de Lisboa e Subdirector do «Diário de Notícias», o construtor civil e proprietário João Baptista Mendes, o Engenheiro civil Conde de Lumbrales e o Professor de Veterinária Dr. António Monteiro da Costa.

Foi da amalgama dos esforços de todos e do valor e dedicação de muitos que resultou a obra que após 33 anos ainda perdura com larga folha de serviços prestada à cultura lisiponense.

★

Durante o semestre recebeu o Grupo vários convites para tomar parte em conferência e recepções, assim: para as realizações na Sociedade de Geografia fez-se o Grupo representar numa conferência sobre Gago Coutinho pelo Sr. Vice-Presidente Eng.º Júlio Eduardo dos Santos. Na recepção na Câmara Municipal de Lisboa ao Coronel Borman pelo Director Secretário-Geral; na inauguração da lápida na casa onde viveu em Lisboa Eça de Queiroz pelo Vice-Presidente da Junta Directiva que também representou o Grupo na conferência sobre «Moinhos e Azulejos nas Ilhas Adjacentes» proferida pelo Sr. Eng.º J. Santos Simões. Na homenagem promovida pela Sociedade de Escritores e Compositores Portugueses ao Sr. General França Borges estiveram presentes a representar o Grupo o Vice-Presidente e o Director Secretário-Geral da Junta Directiva.

Por escrito ou telefonicamente agradeceu-se directamente o convite recebido para uma conferência no Ginásio Clube Português do Dr. Manuel Fradinho Presidente da Direcção da mesma colectividade, e para outra conferência realizada na Sociedade Histórica da Independência de Portugal sobre D. João IV, da autoria da nossa consócia Sr.ª D. Laura Satúrio Pires. Da mesma forma se procedeu na inau-

guração da Sala-Museu Leopoldo Battistini na Escola Industrial Marquês de Pombal e numa conferência da nossa consócia D. Laura de Avis, proferida no Centro de Profilaxia sobre «As Mulheres na prosa inegalável de Júlio Dantas».

O Grupo fez-se representar pelo Director Secretário-Geral na inauguração dos passeios no Rio Tejo a bordo do navio Trás-os-Montes, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa; esse passeio teve a assistência de Suas Excelências os Senhores Presidente da República, Presidente e Vice-Presidente da Câmara e vários membros do Governo. Posteriormente a Presidência da Câmara enviou para um passeio idêntico e ulterior cem bilhetes que foram distribuídos a outros tantos associados, cabendo a representação dos nossos Corpos Gerentes ao Director Secretário-Geral e ao Presidente da Comissão de Contas. Nesse passeio que teve uma paragem, com desembarque no Barreiro, foi o Grupo homenageado com uma visita em três autocarros da respectiva Câmara às últimas obras de urbanização do mesmo concelho; recebeu os visitantes o Vice-Presidente da respectiva Câmara Municipal Sr. Armando da Silva Pais e representantes da Imprensa local.

O Grupo foi convidado para assistir à inauguração da 39.^a Feira do Livro de Lisboa, e a decorar bibliográfica e iconogràficamente as instalações do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, com obras olisiponenses, o que fez. Estiveram presentes vários membros dos Corpos Gerentes.

Assim manteve o Grupo a vida de relação com a grande maioria das actividades cidadinas para cujas realizações normalmente é sempre convidado.

E. N.



Feira da Ladra



FICHEIRO

48. Núcleo dos Antigos Alunos da Escola Comercial Veiga Beirão

Num almoço de homenagem ao Professor Alfredo Soares, iniciativa do Dr. Raul Valentim Lourenço, fundador e director durante um quarto de século, da Escola Comercial Veiga Beirão, juntaram-se professores e alunos da popular «Veiga Beirão» desde 1919.

Nessa reunião de família, José Nunes dos Santos, falando em representação do seu curso, sugeriu a repetição anual daquelas reuniões de confraternização e lançou a ideia da fundação de um organismo que reunisse os antigos alunos da «Veiga Beirão», ideia que levou desde logo à constituição de uma comissão composta pelo proponente e por Vicente de Paula Martins e Joaquim Travassos Lopes Mendonça dos Santos. Em 5 de Abril de 1939, estava aprovado o estatuto do Núcleo dos Antigos Alunos da Escola Comercial Veiga Beirão.

Instalados no edifício da própria Escola, aí têm desenvolvido acção valiosa

ao longo das três décadas da sua existência, objectivando o Núcleo — segundo a sua lei orgânica — à realização de uma festa anual de confraternização entre os antigos alunos e o corpo docente da Escola, a atribuição de um prémio anual «Prof. Alfredo Soares» ao aluno que conclua o curso da Escola com classificação mais elevada, manutenção de uma bolsa de estudo denominada «Antigos Alunos da Veiga Beirão», e a publicação de um *Boletim*, órgão do «Núcleo».

Entre as actividades desenvolvidas, merecem destaque a realização de visitas de estudo, guiadas, a exposições, monumentos e museus, as práticas desportivas, a promoção de conferências com a edição de algumas delas, a biblioteca, os bailes e a arte de Talma.

49. Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro

Existe no primeiro andar do n.º 46 da Rua da Fé, a Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro, fundada em 4 de Março de 1896, mas em 1869 existira outra colectividade da qual era patrónio o da actual.

Um grupo de músicos da Sociedade Sequeira de Avis, ao tempo instalada na Rua da Glória, e da qual fazia parte Adriano Augusto de Carvalho, constituíram uma sociedade que denominaram

Academia João Rodrigues Cordeiro, em homenagem ao antigo chefe da Banda do Asilo Maria Pia, onde alguns dos fundadores haviam sido educados. Instalaram-se no 1.º andar do n.º 25 da Rua de Santo António da Glória, passando para o 73-1.º, mas ao cabo de 4 anos o desentendimento aniquilou a Academia, «ingressando» alguns deles na «Freitas Gazul», na Rua da Boavista.

Adriano Augusto de Carvalho, ao regressar de um dos ensaios, assentou com alguns dissidentes da Academia, formar outra colectividade que perpetuasse o nome prestigioso do seu saudoso Mestre, assim nascendo a Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro cuja primeira sede foi no 1.º andar do n.º 3 da Rua do Cardal a S. José, com a renda mensal de 3\$00. Passaram pelas ruas do Telhal e do Passadiço, vindo a ocupar, em 1907, a quarta e actual sede.

A Banda desta segunda «Rodrigues Cordeiro», teve nomeada não só no País, como em terras de Espanha.

A par da Música, cultivaram também a arte de Talma.

Possui a colectividade uma biblioteca com cerca de 1500 volumes, sem contar com a que lhe foi confiada pela Câmara Municipal de Lisboa. Fomentam o culto da educação física nas camadas mais jovens, desenvolvem actividade recreativa e praticam beneficência.

50. Grupo Desportivo da Pena

Fundado em 1 de Junho de 1939 por Joaquim Maria Chipelo, Artur Marques de Castro e António da Silva Marques de Castro, o Grupo Desportivo da Pena encontra-se instalado no primeiro andar do n.º 132-A da Calçada de Santana.

Proporcionando aos seus associados o ténis de mesa, o futebol e o basquetebol, a instituição tem à disposição da sua massa associativa, para leitura na sede ou domiciliária, uma biblioteca com centenas de boas obras.

Zacarias da Silva

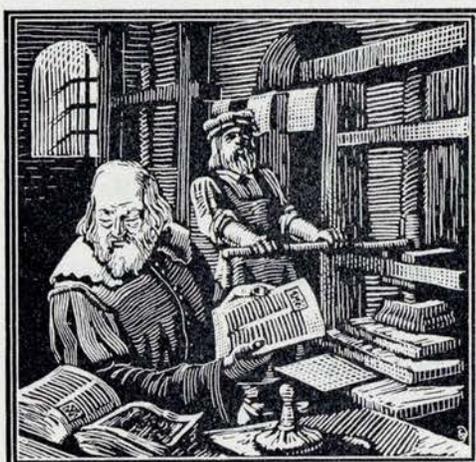
A Mesa do Arquitecto Manuel da Maia

O nosso sócio honorário e ilustre Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges, sempre solícito e atento ao conteúdo do nosso OLISIFO, chamou a atenção dos seus Serviços para a informação que nos foi fornecida pelo Professor Oliveira Martins, a respeito da Mesa em título. A nossa consócia Sr.^a D. Julieta Ferrão informou Sua Excelência que a referida Mesa está, de há tempo, no Museu Municipal por disposição testamentária da família de Manuel da Maia. Isso mesmo a nossa ilustre consócia nos comunicou obsequiosamente e o mesmo fazemos aos nossos consócios, para tranquilidade e regozijo de todos.

ALGUMAS EDIÇÕES AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O CAMPO DE SANTA CLARA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	13\$50	15\$00
CASAS ONDE, EM LISBOA, RESIDIU ALMEIDA GARRETT, por <i>Henrique C. Ferreira Lima</i>	18\$00	20\$00
A COR DE LISBOA, colaboração de vários autores...	18\$00	20\$00
O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» E O SÉCULO XIX, por <i>Luís Teixeira</i>	4\$00	5\$00
FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	18\$00	20\$00
A IRMANDADE DE S. LUCAS, por <i>F. A. Garcez Teixeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA (Comédia), por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA DE OUTRORA (2.º e 3.º vols.), por <i>Tinop</i> — cada	18\$00	20\$00
OLISIPO BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS, por <i>Alfredo da Cunha</i>	13\$50	15\$00
A PONTE DE ALCÂTARA E SUAS CIRCUNVIZINHANÇAS — Notícia Histórica, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	18\$00	20\$00
RONDA E SILVA DE LISBOA VELHA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	9\$00	10\$00
URBANIZAÇÃO DE LISBOA, colaboração variada ...	4\$00	5\$00
PINA MANIQUE — O POLÍTICO O AMIGO DE LISBOA	31\$50	35\$00
O Colégio DE «JESUS» DOS MENINOS ORFÃOS DA MOURARIA	18\$00	20\$00
O ROMANCE DE ALMEIDA GARRET NESTA LISBOA <i>As últimas três obras são da autoria do Prof. F. de Assis de Oliveira Martins</i>	18\$00	20\$00

RAMOS
AFONSO
&
MOITA
LIMITADA



OFICINAS
GRÁFICAS



RUA DE «A VOZ DO OPERÁRIO», 5-A
TELEF. 86 30 74 / LISBOA-2

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Sílvio Guimarães

**TRADIÇÃO E
PROGRESSO**



Banco Borges & Irmão



**PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20
LISBOA: LARGO DE S. JULIÃO, 1-2
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO**